

RIO DE JANEIRO

MAÍRA VILLAS
BÔAS VANNUCHI

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior metrópole brasileira, um dos principais centros econômicos e o maior destino turístico do país. Foi capital do Brasil de 1763 até 1960, quando foi inaugurada Brasília. Devido a grande movimentação econômica, a cidade recebeu no auge da industrialização (1960-1980), fluxos migratórios de diversas regiões do país, em especial do nordeste, de pessoas em busca de oportunidade de trabalho e projeção social. Por esse motivo o município apresenta uma população de grande heterogeneidade e diversidade. A economia tem sua maior atividade no setor de serviços, resultado de um processo recente de diminuição da indústria e projeção dos serviços e negócios.

Não foram encontradas estatísticas oficiais sobre o número de ambulantes no município do Rio de Janeiro. O cadastramento oficial de 2009 obteve 35 mil inscritos interessados, no entanto, de acordo com a prefeitura, deste total apenas 25 mil estavam aptos a exercer a atividade nas ruas da cidade e somente 18.440 vagas disponíveis¹. Os ambulantes pontuaram que o cadastramento não foi direcionado aos ambulantes, mas a toda população desempregada do município.

As lideranças de vendedores de rua calculam a existência de 60 mil ambulantes no município. A estimativa é baseada na projeção de que deve haver 35 mil ambulantes assentados com ou sem autorização, e adicionando os vendedores itinerantes, o número pode dobrar. Um levantamento feito pelo Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) em 2009 apontou no centro 6 mil vendedores informais chamados do “pulo”, aqueles que vendem a cada dia num local diferente, não possuem ponto fixo (não estão num esquema de pagamento de propina para tal) e que são caracterizados por exporem suas mercadorias em uma estrutura de venda que é fácil de desmontar para que possam escapar da fiscalização.

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

6.320.446
HABITANTES

175.739.349
PIB (R\$)

5,7%
DESEMPREGO

35.000
VENDEDORES
INFORMAIS

23,85%
ÍNDICE DE
POBREZA

(IPEA) mostrou que, em 2000, 70% dos trabalhadores do Rio de Janeiro estavam alocados no setor de serviços², que de acordo com o estudo, no município é caracterizado por atividades econômicas atrasadas e de baixa qualificação, e apresenta os maiores graus de informalidade dentre as demais regiões metropolitanas.

Os produtos comercializados na cidade são de natureza variada. Nas ruas do Rio de Janeiro se encontram vendedores de comida, bebida, roupas, artigos de decoração, acessórios, artesanato, CDs e DVDs piratas. No Mercado Popular Uruguaiana e seu entorno, são vendidos produtos eletrônicos e tecnologia chinesa.

A legislação que rege a venda ambulante no município do Rio de Janeiro é a Lei nº 1876 de 29 de junho de 1992³ e o Decreto 29.881/2008⁴. O nome da permissão de uso do espaço público para comercialização é Taxa de Uso de Área Pública (TUAP). Dentre as principais resoluções determinadas, os fatores previstos na lei de maior relevância são:

- Existência de duas comissões: a Comissão Permanente composta de representantes do comércio, governo e mais dois representantes escolhidos pelas entidades representativas dos ambulantes; e Comissões Regionais, no âmbito de cada região administrativa, composta pelos mesmos atores sociais, mas a nível local. A Comissão Permanente é responsável por submeter ao prefeito o zoneamento dos locais e demarcação das áreas necessárias e possíveis ao desempenho da atividade do comerciante ambulante de acordo com o entendimento das Comissões Regionais;
- Cadastramento de um auxiliar para a atividade de comerciante ambulante;
- A autorização concedida para o exercício da atividade de comerciante ambulante poderá, a pedido do interessado ou sempre que exigir o interesse público, ter o seu local de ponto fixo ou de estacionamento remanejado para outro logradouro;
- A apreensão de mercadorias é prevista quando o trabalhador não possui a autorização, devendo a autoridade fiscalizadora lavrar auto de apreensão ficando uma via com o ambulante. A mercadoria apreendida só será devolvida se a autoridade competente julgar necessário, mediante recurso no prazo de três dias úteis a contar da data de apreensão. Não são liberadas mercadorias apreendidas que não tiverem comprovação de procedência;
- Nos eventos festivos oficiais, o exercício do comércio ambulante poderá ser regulado por disposição de emergência baixada pelo órgão competente.

O Decreto de 2008, que foi responsável pela instituição do cadastramento, determina entre outras medidas, que fica definido em caso de incapacidade para o trabalho ou de óbito do titular da autorização, a transferência da autorização para o cônjuge, herdeiro ou companheiro, desde que comprovada a condição de impossibilidade de trabalho do titular.

A Secretaria municipal responsável pela regulamentação das vagas no logradouro público e, portanto, pela venda ambulante é a Secretaria de Ordem Pública (SEOP). Dentro da SEOP as IRLF – Inspetorias Regionais de Licenciamento e Fiscalização são responsáveis pela emissão da autorização da venda. A autoridade que efetua a repressão aos trabalhadores irregulares é a CCU – Coordenadoria do Controle Urbano.

2. RELAÇÃO COMO PODER PÚBLICO

A relação entre os trabalhadores ambulantes e as autoridades competentes é marcada pelo não cumprimento do poder público à legislação municipal regulamentadora da atividade profissional da venda informal, e também por forte presença do uso de coerção, seja por força física ou imposição de suborno para permitir a venda urbana irregular.

Até 2008, de acordo com as lideranças de organizações de vendedores informais consultadas, apenas 10% dos ambulantes do município do Rio de Janeiro eram licenciados, de forma que a permanência de cada bolsão de camelô de ponto fixo, chamados na cidade de “assentamentos”, sempre foi negociada através do pagamento de corrupção às autoridades fiscais. A política de pagamento de suborno para a permanência de cada assentamento é conhecida pelos vendedores informais como política de “tolerância”.

Dessa forma, a relação com a gestão municipal sempre foi determinada pela aplicação da lei de caso a caso. Nesta conjuntura, ocorrem formas extra-oficiais de negociação do espaço de venda, como reuniões esporádicas da Guarda Municipal (GM) com ambulantes para conversar sobre a atitude da polícia e a perseguição aos trabalhadores irregulares, além de acordos informais entre presidentes de associações de ambulantes e candidatos eleitorais em busca de votos, que garantem a “tolerância” do assentamento. A relação pessoal de lideranças de organizações representativas dos trabalhadores com representantes do poder público também resultam, muitas vezes, na revogação de processos truculentos de remoção ou mesmo na conquista de maior estabilidade do assentamento.

A grande maioria dos representantes entrevistados destacou dois principais problemas em relação aos departamentos e autoridades municipais: a indisposição da prefeitura em regulamentar a venda ambulante através dos anos, e a violência policial que a grande maioria dos vendedores informais está sujeita.

A atual prefeitura iniciou seu mandato no início de 2009 com o lançamento da operação Choque de Ordem, uma proposta do poder municipal para realizar a limpeza urbana do centro e de diversas outras regiões, tendo como uma das principais diretrizes



a repressão ao comércio informal. O secretário de ordem pública declarou publicamente que as medidas têm o caráter de devolver aos cidadãos os espaços públicos ocupados ilegalmente. De acordo com algumas lideranças, a campanha do prefeito foi feita com base na promessa de repressão e limpeza das ruas e contou com apoio de lojistas e de parte significativa da sociedade que se opõe ao comércio ambulante.

As ações vêm no sentido de cadastrar um número determinado de vendedores informais nos bairros e no centro, institucionalizar e padronizar feiras através de parcerias público privadas além de estabelecer um camelódromo na região central. Tudo isso sob a ótica de formar Empreendedores Individuais e de garantir, após a regularização de um número restrito de vendedores, a limpeza do espaço urbano, com reforço a fiscalização e repressão aos comerciantes excluídos do processo de legalização.

Em junho de 2009, através do Decreto 29.288, a prefeitura instaurou o cadastramento e recadastramento de 18.400 vendedores informais. Ainda que com diversas falhas quanto ao cumprimento da Lei 1876/92 que regulamenta a venda ambulante no município, o processo de licenciamento recadastrou quatro mil trabalhadores que já possuíam a autorização e abriu 14.400 vagas de venda na cidade.

O Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA) foi realizado em duas fases: a primeira fase foi de recadastramento dos ambulantes que já possuíam o cadastro da Taxa de Uso de Área Pública (TUAP), e a segunda fase um cadastramento aberto a toda população desempregada, com ampla divulgação e favorecendo os cidadãos com necessidades especiais. Inscreveram-se 35 mil candidatos que foram avaliados sob um sistema de pontuação que classificou os inscritos em graus de maior dificuldade e necessidade, tais como quantidade de filhos, ser ex-presidiário, possuir casa própria, idade avançada etc. De acordo com a prefeitura, dentre os inscritos, apenas 25 mil foram considerados aptos a exercer a função, o excedente de aproximadamente 10 mil ambulantes, de acordo com as informações oficiais, ficará num banco de dados aguardando vacância por desistência ou outro tipo de situação⁵.

A forma que o cadastro foi realizado ilustra a atitude unilateral da prefeitura e a falta de diálogo nas tomadas de decisões em relação ao comércio informal. Além de não seguir a lei municipal que prevê nas determinações de licenciamento a consulta de comissões com representantes da sociedade civil, incluindo vendedores informais, de acordo com diversos representantes de organizações de vendedores de rua consultados, o cadastramento foi injusto, pois a prefeitura chamou toda população desempregada para concorrer com os ambulantes.

Os entrevistados contextualizaram que o Rio de Janeiro tem a economia baseada nos serviços e praticamente não possui indústrias, por esse motivo, incluir a população desempregada no cadastramento aumentou muito o número de candidatos a pontos regulares de venda na rua. Além disso, segundo diversos vendedores informais, a prefeitura não se preocupou em privilegiar os ambulantes que há anos vendem irregularmente, sob esquema de suborno. Os trabalhadores disseram que a pontuação não foi transparente

e que para o cadastramento não foi exigida documentação que comprovasse tempo de rua. Foi também dito nas entrevistas que as associações não orientaram seus membros a comprovarem a experiência de rua.

Outro ponto de discórdia foi o número de postos abertos para venda ambulante de ponto fixo em cada região da cidade. A prefeitura usou como parâmetro a quantidade de ambulantes prevista no Anexo 2 da Lei 1876 de 1992. Há quase 10 anos o número estabelecido de ambulantes em pontos fixos a serem registrados no município era de 18.400 comerciantes; a prefeitura determinou a mesma quantidade de vagas para os dias atuais, quando é evidente que o número aumentou significativamente.

Os vendedores informais conhecidos como do “pulo” (que são comerciantes itinerantes que se instalam em diferentes locais e possuem a estrutura da banca de venda fácil de desmontar para facilmente correr do “rapa” – expressão popular que se refere a Guarda Municipal), assim como os vendedores conhecidos como do “gancho” (que vendem dentro do transporte coletivo público), não foram direcionados ao cadastramento e não têm perspectiva de conseguir autorização de venda. Estão sempre prontos a recolherem sua mercadoria para fugir das autoridades, e muitas vezes sofrem com a violência policial.

O cadastramento foi realizado em diversos bairros e no centro. O sistema de pontuação indicou os mais aptos, segundo a prefeitura, a ocuparem as vagas disponíveis, que tiveram

a autorização de venda (TUAP) emitida com sucesso. No entanto, diversos vendedores informais, ainda que com a idade avançada e com muitos anos de venda de rua sob esquema de pagamento de propina, atingiram uma pontuação muito baixa e não conseguiram regularização de um ponto de venda.

Ainda mais, o processo de emissão de autorizações, que foi completo nos bairros, foi interrompido no centro, deixando os vendedores informais da região central, ainda que pontuados, sem licenciamento e ainda sob o esquema de “tolerância”.

De acordo com o advogado da categoria, que acompanhou de perto o processo de cadastramento e licenciamento municipal em várias regiões da cidade, o processo efetuado além de ter sido pouco divulgado (principalmente o período para recorrer às decisões), fere

o decreto da lei. O advogado entende ainda que o licenciamento de ambulantes pontuados no cadastramento do centro parou porque o plano de organização do solo público para os megaeventos não foi ainda definido.

Os artesãos, que também tiveram um processo de cadastramento em 2009, vem da mesma forma sofrendo com a negligência das autoridades municipais em cumprir a lei

O PODER PÚBLICO DETERMINOU QUE OS COMERCIANTES INFORMAIS SEM LICENÇA SERÃO REMOVIDOS DAS ÁREAS PÚBLICAS

ao conduzir o processo de regulamentação da venda nos pontos estabelecidos. A SEOP em conjunto com a Secretaria da Cultura promoveu o cadastramento de artesãos, prevendo uma prova de avaliação da manufatura do artesanato. De acordo com representantes de organizações de artesãos, diversos artesãos experientes foram reprovados devido ao fato de não terem sido estabelecidos critérios justos de julgamento, prevalecendo critérios subjetivos e pessoais do júri.

O regulamento das feiras de artesanato – Feirartes⁶ – impõe que a comissão julgadora seja composta por artesãos de ruas e não apenas artistas, como foi o caso do cadastramento conduzido pela prefeitura. Da mesma forma que ocorreu com os ambulantes, as autoridades municipais licenciaram parte dos artesãos, passando a fiscalizar e proibir a venda daqueles que não foram regularizados.

Ainda mais, os artesãos licenciados criticam a falta de estabilidade quando ocorrem eventos grandes que ocupam o espaço público onde se localizam as feiras de arte, e que são impedidos pela prefeitura de trabalhar.

Outro ponto delicado apontado pelos ambulantes sobre a atitude das autoridades municipais chave com o comércio informal é a violência policial, recorrente e parte do dia a dia dos ambulantes, principalmente daqueles que não estão sob um esquema de “tolerância”.

A principal apreensão dos ambulantes que obtiveram pontuação baixa e não foram licenciados, assim como os que aguardam licenciamento que foi interrompido na região central, é que após o Decreto 29.288 que estipulou o cadastramento, o poder público determinou que os comerciantes informais sem licença serão removidos das áreas públicas. Houve também um “aviso prévio” de que o esquema de tolerância vai acabar.

Este enorme contingente de trabalhadores que não foram incorporados no licenciamento está sob situação de alta vulnerabilidade e indefinição.

A prefeitura além do cadastramento institucionalizou algumas feiras e iniciou o projeto de construção do camelódromo da Central do Brasil. Estes projetos de reordenamento urbano caminham em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro (SMTE), e visam a capacitação e formalização dos vendedores ambulantes através da categoria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Empreendedor Individual (EI).

Um exemplo claro de institucionalização de feiras em locais com forte presença do comércio informal é o projeto de “revitalização” do bairro histórico da Lapa, realizado em 2009. Para acabar com o comércio informal, historicamente presente no bairro, a prefeitura criou a Feira Noturna Lapa Legal, com 82 barracas de vendedores que foram registrados, capacitados pela Vigilância Sanitária na manipulação de alimentos e equipados com uniformes, modelos de barraca padronizados e banheiros, com patrocínio de uma cervejaria.

A construção do mercado popular (camelódromo vertical) da Central do Brasil, iniciada em 2011, pretende alocar ambulantes que tiveram suas barracas destruídas pelo incêndio ocorrido no antigo camelódromo da Central do Brasil em 2010. O prédio terá 600 boxes, e está incluído no projeto de infra-estrutura urbana da Copa/Olimpíada de revitalização

da Zona Portuária. As autoridades municipais têm em vista organizar, formalizar (EI) e capacitar os trabalhadores do camelódromo⁷.

Embora a política da SMET de divulgar e incentivar o registro e emissão de CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob a categoria EI ofereça benefícios ao trabalhador, a formalização gerou grande expectativa entre os comerciantes informais, que pensaram que pagando impostos e a previdência social, teriam a garantia do uso do espaço público para venda. No entanto, o cadastro de EI não assegura a permissão para vender em solo urbano – uma vez que tal autorização é exclusivamente emitida pelas Inspetorias Regionais de Licenciamento e Fiscalização (IRLF) –, submetido à outra secretaria do município, a SEOP. Os trabalhadores que se cadastraram no EI foram formalizados, mas continuam sob esquema incerto de permanência nas ruas, o que gerou grande frustração.

Sobre a reordenação dos espaços públicos através de feiras institucionalizadas e camelódromos, o principal problema é a exclusão de qualquer perspectiva de legalidade de todos os vendedores informais que não foram incluídos no que o secretário especial de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, declarou ser o modelo de comércio ambulante que a prefeitura pretende implantar em toda a cidade⁸.

De acordo com uma importante liderança de trabalhadores de rua, a Feira Lapa Legal expulsou ambulantes que trabalhavam no local há anos, que não puderam pagar os quiosques padronizados, e tiveram que ceder espaço para comerciantes capitalizados. Os vendedores informais que vendiam na região enfrentam hoje um esquema rigoroso de monitoramento com agentes da Guarda Municipal 24 horas.

Da mesma forma que ocorreu ao final do licenciamento dos artesãos e ambulantes, após o estabelecimento da feira regulamentada, apenas os comerciantes cadastrados na SEOP e com licença de venda puderam trabalhar, e todos os outros que não foram beneficiados passaram a ser criminalizados e expelidos do entorno.

3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

As principais organizações de vendedores de rua do município do Rio de Janeiro são o Movimento Unido dos Camelos (MUCA), a Associação dos Expositores da Feirarte e Outros (AEFO), Fórum Permanente do Comércio Ambulante do estado do Rio de Janeiro, Federação das Associações de Ambulantes do estado do Rio de Janeiro (FAARJ), Associação do Comércio Ambulante do Centro e Adjacências (ACAC), Mercado Popular Uruguaiana, entre outras. Também têm relevância significativa no cenário do trabalho de rua da cidade, associações antigas ligadas a assentamentos específicos como a Associação de Vendedores Ambulantes (Avarpa) da Rua do Passeio (Cinelândia) e a Associação do Comércio Ambulante da Rua da Quitanda. Foram levantadas da mesma forma, organizações ligadas ao comércio nas praias como a ASCOLPRA – Associação Comércio Legalizado de Praia e a Cooperativa Orla Legal.

A maioria das associações reivindica a legalização da venda ambulante e o cumprimento da Lei 1876/92 que regulariza o comércio ambulante no município. A maior parte dos ambulantes não tem autorização de venda e o cadastramento de 2008, de acordo com diversas lideranças, não seguiu as determinações da lei o que prejudicou os vendedores mais experientes com maior tempo de rua, que não conseguiram a licença. Por esse motivo a principal reivindicação das organizações é a autorização de venda no espaço público.

De acordo com representantes do Fórum de Ambulantes, a grande maioria dos assentamentos é “tolerada”, e a prefeitura não emite a TUAP para que seja mais fácil remover ambulantes quando preciso. A organização é um espaço criado pela Comissão Especial de Ambulantes da Câmara Municipal em 2009, e tem a estrutura decisória centrada na figura do presidente, que estabelece sua diretoria e é eleito por voto a cada 3 anos.

A FAARJ, assim como diversas outras organizações, reivindica a TUAP para os ambulantes que há anos são “tolerados”. A federação possui uma diretoria composta por presidentes das associações filiadas, e decide suas ações políticas a partir de reuniões, assembléias e congressos.

De acordo com seu representante, o ambulante anseia por pagar impostos e ser legalizado, para não ficar a mercê de pagamento de corrupção à autoridades municipais. É consenso absoluto entre as entidades representativas que a ilegalidade gera suborno.

A Avarpa, que está ameaçada de despejo (já recebeu notificação de remoção), luta pela TUAP e para evitar a remoção. A TUAP possibilitaria a permanência no local ou o remanejamento para outro local de grande movimento. A Associação não possui uma estrutura decisória democrática, e os membros apenas contribuem para o presidente, que “aluga” as barracas e centraliza a tomada de decisões.

A principal reivindicação a respeito do cadastramento dos ambulantes realizado em 2008, e que a AEFO encabeça, é que a listagem oficial realizada pela SEOP seja revogada e que um novo cadastramento seja feito de acordo com a lei. A organização tem a estrutura decisória ligada a uma diretoria deliberativa eleita, que mensalmente realiza assembléia para consultar os membros. A AEFO nasceu da necessidade de reivindicar justiça frente ao cadastramento de 2009 que exclui das ruas um número alarmante de vendedores informais e artesãos.

O Fórum dos Ambulantes assim como a FAARJ destacam que o processo de cadastramento foi realizado sem a participação de associações de ambulantes/artesãos como determina a lei e é, portanto, inconstitucional. Os trabalhadores entraram judicialmente com liminar e mandato de segurança, mas o desembargador responsável indeferiu os processos.

A AEFO coloca as seguintes reivindicações para um novo cadastramento: que a quantidade de trabalhadores ambulantes na cidade (estipulada na lei do ambulante do município de 1992, e já defasada) seja quantificada novamente de acordo com as estatísticas atuais; que o cadastramento tenha maior divulgação e transparência dos prazos, critérios e documentos necessários para provar o tempo de experiência de

venda de rua (que foi ignorada); e que o cadastramento seja direcionado aos ambulantes existentes e sob regime de “tolerância”, ao invés de um registro aberto a toda a mão de obra desempregada no município.

A associação do Comércio Ambulante da Rua da Quitanda teve uma experiência mais positiva que as demais entidades no cadastramento. A organização tem um presidente desde sua fundação em 1996, que toma as decisões e frequentemente propõe melhorias

para a feira. Todos os membros fizeram o cadastramento, conseguiram boa pontuação e estão aguardando licenciamento. A principal reivindicação é a emissão da TUAP, que está demorando a ser emitida devido à paralisação do processo de licenciamento na região central da cidade. A Associação também reivindicou e conquistou a padronização e organização da feira, e recentemente reformou as barracas, contribuindo para a revitalização da praça.

Uma reivindicação recorrente e reiterada pela AEFO, FAARJ e ACAC, é a questão da organização da venda ambulante através dos bolsões planejados em espaço público e da construção de mercados populares. A AEFO defende o aproveitamento organizado, padronizado e planejado dos espaços públicos (praças, largos etc.) e sua representante elaborou recentemente, em conjunto com membro da ACAC, propostas de projetos para construção de shoppings populares. A FAARJ também defende a organização sistemática do espaço ocupado.

A ACAC, representativa de trabalhadores do mercado popular Uruguaiana, e com experiência na

organização desta forma de organização de trabalhadores do comércio informal, tem como principal demanda a urbanização e organização do mercado popular que traga melhorias. A organização elege uma diretoria de quatro em quatro anos através de voto direto, e as decisões são tomadas por reuniões quinzenais convocadas pela diretoria e onde os membros são convidados a participar. A ACAC nasceu em 1994, juntamente com o mercado popular e não teve movimentação significativa, até recentemente ressurgir como oposição da atual associação de trabalhadores que representa oficialmente os vendedores do camelódromo, que faz o papel de administrar empresarialmente os espaços de venda, cobrando preços abusivos e não prezando pelo bom funcionamento de Uruguaiana.

A ACAC reivindica medidas como: separar os espaços de alimentação, creches, banheiros, ampliar corredores para cadeirantes, relógio de luz individual, projeto de incêndio anti-pânico, cabine bilíngue para turistas etc. O representante defende ainda que a organização dos mercados populares como o de Uruguaiana leve em conta o projeto

O FÓRUM DOS AMBULANTES CRITICA O FATO DE NÃO TER GOVERNABILIDADE ALGUMA SOBRE O QUE É DISCUTIDO ENTRE SEUS MEMBROS

urbanístico cultural de preservação do patrimônio histórico do centro da cidade existente desde a década de 80 chamado Corredor Cultural, incluindo à urbanização dos camelódromos propostas culturais como bibliotecas, exposições de arte etc. A organização propôs recentemente um projeto de reforma do camelódromo frente aos indícios de que a o poder público iria fechar o local, devido a falta de organização existente. O projeto está em trâmite a nível estadual, uma vez que o terreno pertence ao governo do estado.

A FAARJ e a ACAC defendem para além da autorização de venda (TUAP), a formalização de todos os comerciantes de rua ou de mercados populares através de EI – Empreendedor Individual ou microempresa. Além disso, a FAARJ reivindica capacitação aos ambulantes registrados como EI.

O Fórum dos Ambulantes critica o fato de não ter governabilidade alguma sobre as questões discutidas entre seus membros, e reivindica que a sua existência vá além de um espaço de discussão e que tenha um papel consultivo, quiçá decisivo, ao poder público.

O MUCA existe no esforço de organizar e reivindicar melhores condições aos camelôs do “pulo”, aqueles que não têm ponto fixo, expõem a cada dia em um lugar diferente e são os mais vulneráveis. Os ambulantes do “pulo” anseiam por um ponto fixo, mas não encontram espaço nos assentamentos. Estes trabalhadores frequentemente sofrem com violência policial, perdem sua mercadoria e são criminalizados. O movimento não possui diretoria, pois os trabalhadores em foco se encontram em situação socialmente muito vulnerável para contribuir associativamente, além de serem muito fragmentados para se organizar. A organização é apoiada pela CUT-RJ e as decisões são centralizadas na liderança principal, que por sua vez é bastante próxima da base.

A representante do MUCA reivindica respeito à categoria, defende o licenciamento destes trabalhadores. A principal demanda é o fim da violência policial, que ocorre diariamente na vida de ambulantes que não estão sob um esquema de “tolerância”.

A ASCOLPRA tem uma experiência interessante, e conseguiu espaço nos governos municipal e estadual para organizar, legalizar e administrar a venda ambulante nas praias. O processo de formalização dos vendedores da orla começou em 1996 e hoje a organização é bem institucionalizada, ouvida pelo poder público e conduzida por uma diretoria eleita a cada cinco anos.

A associação reivindica o cumprimento da lei, além da mudança do modelo de barraca autorizado, a implantação de um projeto de reciclagem (projeto de cooperativa de aproveitamento do material do coco já em andamento) e capacitação do idioma inglês aos vendedores. O

*OS AMBULANTES
DO “PULO”
ANSEIAM POR UM
PONTO FIXO, MAS
NÃO ENCONTRAM
ESPAÇO NOS
ASSENTAMENTOS*

processo de mais de 30 anos de luta serve, sem dúvida, como modelo aos demais comerciantes do espaço público.

A AEFO representa além de ambulantes, expositores de artesanato em feiras regulamentadas pelo município denominadas “Feirartes”, e reivindica também que a prova avaliativa aplicada em 2008 aos artesãos, que reprovou muitos, seja declarada inconstitucional, uma vez que é prevista em lei uma comissão julgadora da prova de artesão com representantes de artesãos de rua, o que não foi cumprido.

A principal reivindicação que reúne todas as associações é o direito ao trabalho e o rechaço ao abuso policial.

4. ALIADOS

O Movimento Unido dos Camelos (MUCA) é a única organização ligada a uma central sindical. O movimento nasceu com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se propôs a apoiar o movimento sem receber contribuição dos membros. De acordo com a liderança entrevistada, o MUCA não tem condições de se sustentar, pois os trabalhadores do “pulo” não podem contribuir associativamente por se encontrarem em condição de alta vulnerabilidade social. Em 2009, quando o movimento foi criado, em conjunto com a CUT foi feito o cadastro de 5000 ambulantes do “pulo”.

Contudo, algumas lideranças de outras organizações representativas destacaram que a CUT não atua efetivamente em favor dos ambulantes, somente por interesse eleitoral ou quando os ambulantes se mobilizam.

A Internacional da Construção e Madeira (ICM), que tem feito o trabalho de unificar forças e mobilizar sindicatos de trabalhadores da construção civil das obras da Copa, são parceira na luta pelo trabalho decente e pelo direito ao trabalho.

A principal coalizão que agrega diversos movimentos sociais no enfrentamento do impacto social da Copa é o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa e Olimpíadas. O coletivo foi uma das primeiras manifestações populares vistas em cidades sede da Copa no Brasil. Isso porque muitos dos movimentos sociais participantes haviam se organizado anteriormente em motivo dos Jogos Pan-americanos de 2007. Realizado no Rio de Janeiro, o Pan provocou impactos ferozes na vida da população urbana de baixa renda, além de não legar benefício algum à sociedade, materializando na visão da população pobre do município a truculência que um megaevento internacional causa na cidade.

O grupo realizou uma grande manifestação dia 31/08/2011, em virtude do sorteio preliminar da FIFA. O principal foco do Comitê Popular é a questão da moradia, relacionada aos despejos ocorridos em função das obras de infra-estrutura e mobilidade urbana para a Copa e Olimpíadas. No entanto, o comitê se preocupa em representar todos os setores da sociedade prejudicados pelo impacto social causado pelos megaeventos.

A organização Jubileu Sul, assim como a relatoria especial pelo Direito a Moradia Adequada da ONU foram importantes mobilizadoras do processo de organização e articulação dos comitês populares nas 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo.

A FNT – Frente Nacional dos Torcedores, movimento de torcedores de todo o Brasil que luta contra a elitização do futebol e por um remodelamento de suas estruturas que o torne justo, democrático e popular, é bastante atuante no município do Rio de Janeiro, onde foi fundada, e um importante parceiro dos trabalhadores informais.

Além do apoio do comitê local do projeto “Jogos Limpos” do Instituto Ethos, que defende o controle social e transparência nas obras da Copa, O Observatório das Metrôpoles do Rio de Janeiro é bastante atuante no comitê popular da Copa e Olimpíadas, assim como o núcleo de estudos de planejamento urbano ETTERN- Laboratório Estado Trabalho, Território e Natureza. Ambos são baseados na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, e procuram dar apoio e contribuir com as reivindicações populares ligadas ao direito a cidade. O ETTERN recentemente elaborou, em parceria com a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, ameaçada de remoção para a construção de uma obra de infraestrutura para as Olimpíadas, um Plano Popular de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social para o bairro, a ser apresentado à prefeitura municipal como alternativa ao despejo.

Os principais aliados dos ambulantes no poder público são vereadores, deputados estaduais e federais que recebem os trabalhadores do comércio informal em momentos de crise ou conflito, e pressionam autoridades competentes a flexibilizarem sua atitude.

O apoio e receptividade dos representantes podem ocorrer tanto por interesse eleitoral como por afinidade política. Um exemplo de apoio de representantes do legislativo aos ambulantes foi a criação da Comissão de Ambulantes na Câmara dos vereadores para analisar a Lei 1876/92, logo depois da manifestação contra o cadastramento em 2009, que levou as ruas 1.500 vendedores informais. A Comissão criou o Fórum de Ambulantes para adequar a Lei 1876/92, que prevê representantes de ambulantes nas comissões de zoneamento do comércio ambulante e incentivou para que houvesse mobilização mais forte.

Existem também ocasiões em que as autoridades do poder executivo, como, por exemplo, membros da SEOP, recebem lideranças de organizações de vendedores informais, e negociam, caso a caso, a permanência de assentamentos ou a atitude da Guarda Municipal em relação aos comerciantes de rua. Estes episódios acontecem majoritariamente por algum critério subjetivo do responsável pelo departamento de ordem pública que possua empatia ou que ceda a insistência de determinado representante, ao sendo assim um espaço institucionalizado de diálogo equânime.

Embora existam instâncias de defesa jurídica da população de baixa renda, não foi verificada a relação das organizações consultadas com a Defensoria Pública. No entanto, foram encontrados casos em que diversas organizações, através de advogado que atende a categoria, entraram com liminar e mandato de segurança no Ministério Público Estadual contra o cadastramento de 2009 e o sistema de pontuação imposto. No entanto, o pedido foi negado.

5. IMPACTOS DA COPA

Uma consulta a um representante do Observatório dos Conflitos Urbanos do departamento ETTERN – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, indicou que o principal impacto causado pela Copa, é o “estado de exceção” que é criado em torno do megaevento, e permite que projetos sejam realizados sem nenhum controle social e sem preocupação com a violação de direitos sociais. O “estado de exceção” também catalisa processos urbanísticos já planejados e realiza de forma voraz a limpeza urbana e higienização dos espaços públicos. O cadastramento dos ambulantes e a padronização dos locais de venda na rua fazem parte deste processo, assim como a exclusão e criminalização agressiva e definitiva dos comerciantes informais que ficaram fora do processo de legalização e que atentem utilizar os espaços “revitalizados”.

Dentre os projetos urbanos do Rio de Janeiro, “potencializados” no processo de gentrificação da cidade, destaca-se o Corredor Cultural⁹ encabeçado pela Fundação Rio Arte, da Secretaria Municipal de Cultura. Iniciado nos anos 1980, o projeto de conservação do centro histórico determina a delimitação das APACS - Áreas de Proteção do Ambiente Construído. O Corredor Cultural visa a preservação e revitalização do centro da cidade. A área do corredor alcança aproximadamente um milhão de metros quadrados¹⁰, e delimita áreas que são atualmente repletas de bolsões de camelôs.

O principal projeto de infra-estrutura viária para a Copa e Olimpíadas, é a implantação de quatro linhas BRT (Bus Rapid Transit), que são corredores de ônibus expressos e articulados. Estão sendo construídas 4 BRTs: a Transoeste (Barra da Tijuca-Santa Cruz-Campo Grande), Transolímpica (Recreio dos Bandeirantes-Deodoro), Transbrasil (Avenida Brasil: Centro-Deodoro) e Transcarioca (Barra-Aeroporto Internacional Tom Jobim). Também será implantado um sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), ligando o aeroporto Santos Dumont à região portuária. O impacto social dessas obras é vasto e tem provocado o despejo de milhares de famílias de baixa renda sem uma contrapartida relevante do poder público. No que concerne a venda ambulante, a Transcarioca atingiu em sua primeira fase de projeto duas áreas de comércio informal: Jacarepaguá e Madureira.

Diversos projetos de modernização estão sendo realizados sob o mesmo pretexto, como a recuperação da zona portuária (Porto Maravilha), o Morar Carioca, a revitalização do entorno do Estádio João Havelange (Engenhão), a ampliação do Sambódromo e o projeto integrado do entorno do Complexo do Estádio Maracanã. O Maracanã expulsou ambulantes do seu entorno para execução das obras de reforma, a expectativa das lideranças de organizações de vendedores de rua é que os comerciantes informais que costumavam vender na região antes da obra não sejam autorizados a comercializar no local quando a reforma for concluída.

As organizações de vendedores ambulantes e artesãos estão temerários com a atitude das autoridades municipais durante a Copa. Os vendedores de feiras de artesanato da orla, dizem já sofrer atualmente impactos com eventos esportivos menores, quando são

impedidos de montar a feira. Uma liderança de ambulantes afirmou enfaticamente que a “Copa não é para pobre”, que a população não vai ganhar com o evento e certamente o ambulante vai sofrer muito, como ocorrido nos jogos Pan-americanos quatro anos atrás.

Outro fator que preocupa as organizações de vendedores informais é a suspensão do processo de licenciamento de trabalhadores do centro, e o conseqüente “aviso prévio” de que os esquemas de “tolerância” serão extintos. Diversos entrevistados pontuaram que a prefeitura recuou para não regulamentar a venda no centro, e que isso pode estar ligado ao plano de organização do solo público previsto para os megaeventos.

A experiência de contato com organização de vendedores ambulantes do município do Rio de Janeiro mostrou que existe um cenário favorável para a organização de um grupo de trabalho coletivo de representantes de organizações de vendedores informais e aliados sobre a Copa do mundo. Existem, portanto, desafios que precisam ser superados para que isso ocorra, tanto em relação a capacidade de organização política dos representantes de organizações de comerciantes de rua, quanto à postura do poder público no tratamento da questão da ordem do espaço público frente aos megaeventos.

Sobre a organização política dos vendedores informais, foram identificadas as seguintes dificuldades:

- O esgotamento emocional dos ambulantes que buscaram se mobilizar politicamente ao longo dos anos. Além de serem ignorados pela gestão municipal e criminalizados no desempenho de sua atividade profissional, a categoria de trabalhadores nunca tem suas reivindicações atendidas.
- A relação dos vendedores informais com representantes do poder legislativo, que se define como uma das únicas alternativas possíveis de movimentação política dos ambulantes, e é diretamente relacionada à principal dificuldade de organizar a categoria, já que resulta inevitavelmente no uso político dos trabalhadores ambulantes como massa de manobra de candidatos políticos a procura de apoio eleitoral. A recorrência deste fato faz a categoria ser completamente descrente de uma eventual mobilização política que leve a efetiva garantia e expansão de direitos.
- A forma que o associativismo foi estabelecido em diversas organizações. O dinheiro pago ao presidente da associação é na maioria absoluta das vezes, a arrecadação para o pagamento da

O MARACANÃ EXPULSOU AMBULANTES DO SEU EM TORNO PARA EXECU- ÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA

“tolerância” às autoridades municipais. O presidente da associação concentra a contribuição e negocia a permanência dos vendedores de ponto fixo. Este processo torna a associação um veículo de acumulação de dinheiro, onde os trabalhadores pagando um “aluguel” para poder trabalhar, e instaura uma lógica empresarial, nada representativa e contrária ao coletivismo político. As associações muitas vezes são nada mais que a administração do dinheiro sujo para manter o assentamento que não é regularizado, e não raramente os interesses individuais do presidente se sobressaem aos da maioria, numa lógica de exploração de seus próprios associados.

- A competitividade entre os representantes das organizações e a disputa por poder. Existem muitos comportamentos autoritários entre as lideranças das organizações e não existe a compreensão de que o diálogo, o debate e a confluência de opiniões sejam benéficos. A falta do exercício democrático e da noção da importância da união de forças é resultado da própria *práxis* dos trabalhadores, que competem no dia a dia, o que dificulta enormemente qualquer iniciativa de fortalecimento político.

O principal desafio em relação à atitude da gestão municipal é o fato de a prefeitura e a SEOP adotarem uma postura de não dialogar com a categoria e de criminalizar os vendedores informais excluídos do processo de licenciamento, que foi realizado unilateralmente. Estas medidas são relacionadas à promessa eleitoral de acabar com o comércio informal e de valorizar o espaço público, fortemente ligada ao fato de o Rio de Janeiro vir sediando diversos eventos mundiais (Jogos Militares, Rio + 20 em 2012 etc.), além do jogo final da Copa do mundo e as Olimpíadas 2016.

Tendo em vista esses pontos principais, o cenário para a organização da categoria é positivo. A mobilização dos ambulantes é efervescente e tem todas as condições de se estruturar.

6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

As principais conclusões quanto aos encaminhamentos da Campanha Cidades para Todos até 2014, são que as ações a serem tomadas pela *StreetNet* e aliados para fortalecer o nível de organização dos vendedores informais, devem ser em direção a criação de condições para a construção de um espaço de articulação política entre associações de vendedores informais. O estabelecimento deste espaço, por sua vez, é pensado para que possibilite a reivindicação de um espaço de negociação com o poder público que busque a garantia do direito ao trabalho dos vendedores informais.

Apesar da existência de diversas organizações de vendedores de rua na cidade do

Rio de Janeiro, existe uma total desarticulação política entre elas. É necessária a criação de um espaço de articulação das diversas representações de ambulantes, para fortalecer a organização e o alcance destes trabalhadores.

Este espaço político só pode ser pensado a partir da formação política dos representantes de organizações de ambulantes em práticas democráticas de organização política, além do exercício da democracia, da colaboração e do cooperativismo. Dessa forma será possível que representantes unam forças, abandonem desavenças e fortaleçam a unidade de luta, para assim superar a lógica competitiva estabelecida no dia a dia do trabalho.

Para garantir que a articulação entre representantes e a formação política desencadeiem um processo sustentável de organização e fortalecimento da categoria, é fundamental que exista um suporte técnico regular por um certo período de tempo, que traga o conhecimento específico de ações políticas efetivas na garantia de direitos, tanto jurídica, como de formulação e pressão política para a implementação de políticas públicas (*advocacy*), e de auxílio para a organização de protestos e articulação política, até que os próprios trabalhadores tenham condições de levar o processo autonomamente.

Para que exista um espaço de negociação que cumpra a função de sistematizar as principais reivindicações e possibilitar conquistá-las é necessária a criação de um espaço de negociação com o poder executivo competente, já que envolvimento de representantes municipais da Câmara de vereadores não é suficiente para decidir sobre as políticas adotadas, uma vez que o prefeito e o secretário municipal responsável pelo solo urbano têm uma postura de não dialogar com outras instâncias, além de ter como prioridade a organização e limpeza do espaço público.

Da mesma forma, é de fundamental importância somar forças com coalizões existentes no embate às violações de direitos sociais causadas pelas obras e acordos referentes à Copa e Olimpíadas, e envolver os atores sociais mobilizados em função da garantia de direitos nos megaeventos.

NOTAS

1. http://wwwo.rio.rj.gov.br/clf/maximo_comerciantes.htm
2. http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/tdo773.pdf
3. http://wwwo.rio.rj.gov.br/clf/legislacao/lei_1876_92.pdf
4. http://wwwo.rio.rj.gov.br/clf/legislacao/decreto_29881.pdf
5. <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=768005>
6. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/314384/decreto-25491-05-rio-de-janeiro-rj>
7. <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1648861>
8. oglobo.globo.com/rio/mat/2010/02/04/lapa-legal-com-barracas-novas-banheiros-quimicos-915790687.asp
9. <http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/45de5243ec916734b18d.pdf>
10. http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/cime/CE18/CE18_001.html

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Salvador é uma metrópole com mais de 3,5 milhões de habitantes, sendo o município mais populoso do Nordeste e a sétima região metropolitana mais populosa do Brasil. É fortemente marcada pela grande concentração de negros e pardos, que juntos compõem cerca de 80% da população e por isso se caracteriza pelo fato de ser um grande centro da cultura afro-brasileira.

O trabalho informal na cidade existe desde o século XIX. Mas foi no século XXI que este apresentou um rápido crescimento devido ao caráter restritivo da modernização da economia nesse período. A economia da cidade e do estado durante muito tempo esteve ligada à produção agrícola e outras atividades cujas demandas por mão-de-obra especializada não eram predominantes. Com a reestruturação produtiva que se acentua a partir da segunda metade do século XX que a informalidade se torna cada vez mais presente em Salvador, principalmente a partir da década de 70.

A atividade dos vendedores informais é em Salvador o principal ramo do mercado de trabalho informal. Além disso, se constitui um elemento formador da cultura local e do modo de ser da cidade, o que é bastante evidenciado no que se refere ao trabalho das baianas do acarajé¹, as quitandeiras² e o artesanatos em geral – atividades que existem na cidade desde o século XIX³. No entanto, hoje o comércio informal se caracteriza principalmente pela venda de produtos industrializados nacionais e importados de países asiáticos como a China e a Coreia do Sul, as mercadorias mais comercializadas.

Segundo estatísticas produzidas com base na Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD) a Bahia tem a maior proporção de vendedores de rua na faixa das famílias que são consideradas pobres. Segundo pesquisa apresentada por Guimarães⁴ no ano de 2002, entre os vendedores de rua, destaca-se uma predominância masculina (58,5%), e uma maior concentração na faixa etária de 30 a 39 anos (29,4%), seguindo-se a faixa de 40 a 49 anos (24,5%), e

2.675.656
HABITANTES

32.824.229
PIB (R\$)

15,3%
DESEMPREGO

42.000
VENDEDORES
INFORMAIS

R\$ 610,00
RENDIMENTO
MÉDIO (R\$)

35,76%
ÍNDICE DE
POBREZA

depois a faixa mais jovem, de 20 a 29 anos (23%). Os ambulantes que possuem 50 a 59 anos representam 10 % do total, e acima dessa faixa encontram-se apenas 2,8%. Quanto à escolaridade, verifica-se uma reduzida proporção de analfabetos, (4,3 %), uma maior parte que possui o ensino fundamental incompleto (43,3%), ou o ensino fundamental completo (19%), encontrando-se ainda um contingente significativo que possui o ensino médio incompleto (16,3%) ou completo (15,6%).

Há alguns anos foi realizado um reordenamento dos vendedores de rua na região central da cidade. Após a iniciativa de uma das organizações de vendedores de rua na cidade – a Associação dos Feirantes e Ambulantes da Região Metropolitana de Salvador (ASFAERP) – em solicitar à prefeitura que realizassem uma parceria para realizar esse projeto. O reordenamento dos principais bolsões de vendedores de rua da região da Avenida 7 de Setembro foi realizado de forma que foram delimitadas cerca de 13 áreas onde os vendedores de rua poderiam posicionar suas barracas. Da mesma forma, em outra região da cidade, num bairro mais periférico chamado Calçada, houve tentativas de ordenamento dos vendedores de rua a partir de iniciativas propostas por representantes da ASFAERP que atuam nesta região.

Esta organização do espaço, todavia, com o passar dos anos acabou se desfazendo devido ao aumento dos vendedores de rua na cidade. As barracas, antes padronizadas, passaram a rivalizam com outros formatos, ocupando espaços de forma cada vez mais desordenada. A desorganização crescente desagrade cada vez mais os lojistas, trazendo obstáculos para atuação destes vendedores nas ruas da cidade. Os vendedores de rua permanecem nas calçadas em frente aos bancos e lojas, gerando conflitos com o comércio formal que prejudicam os próprios vendedores informais.

2. RELAÇÃO COMO PODER PÚBLICO

Ao contrário do que acontece em outras grandes cidades do país, os vendedores ambulantes na cidade de Salvador não sofrem com uma fiscalização intensa na maioria dos locais onde apresentam maior concentração. Dessa maneira, o comércio informal crescente acarretou numa proliferação de vendedores que se acumulam nas calçadas e praças da cidade gerando um tumulto que na visão das próprias associações, como veremos mais a frente, dificulta as vendas e colabora para a construção de uma visão negativa da atividade por parte da sociedade e dos lojistas destas regiões da cidade. Em locais de grande circulação de pessoas, como a Avenida 7 de Setembro, os camelôs ocupam quase todo o espaço disponível para a circulação de pedestres e em alguns casos escondem as vitrines e fachadas das lojas com suas bancas e mostruários.

A quantidade cada vez maior de vendedores ambulantes tem criado problemas em termos não só da aceitação da população e dos lojistas, como também afeta a concorrência entre os vendedores. As causas para o crescente número de vendedores ambulantes nas

ruas de acordo com os grupos entrevistados se devem principalmente à migração vinda de outros estados mais pobres da região nordeste, como é o caso de Sergipe. No entanto autores apontam também a migração proveniente da zona rural do estado (NASCIMENTO, 2011) como um fenômeno importante que tem se dado recentemente na cidade.

Na gestão do antigo prefeito da cidade Antônio José Imbassahy (1996-2004) foi feito o ordenamento dos vendedores a partir da iniciativa das associações, as lideranças de esquerda e as ONGs em conjunto com o governo municipal, como já foi dito. Levando-se em conta que a prefeitura afirmou não ter condições arcar com os custos da reorganização das barracas e da construção de barracas padronizadas, esta incentivou as associações a procurar parcerias como o Banco Bradesco, o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, e a Visão Mundial. Estes bancos se interessavam em organizar as ruas e as praças do entorno onde se localizavam suas agências com o objetivo de manter sua limpeza e organização.

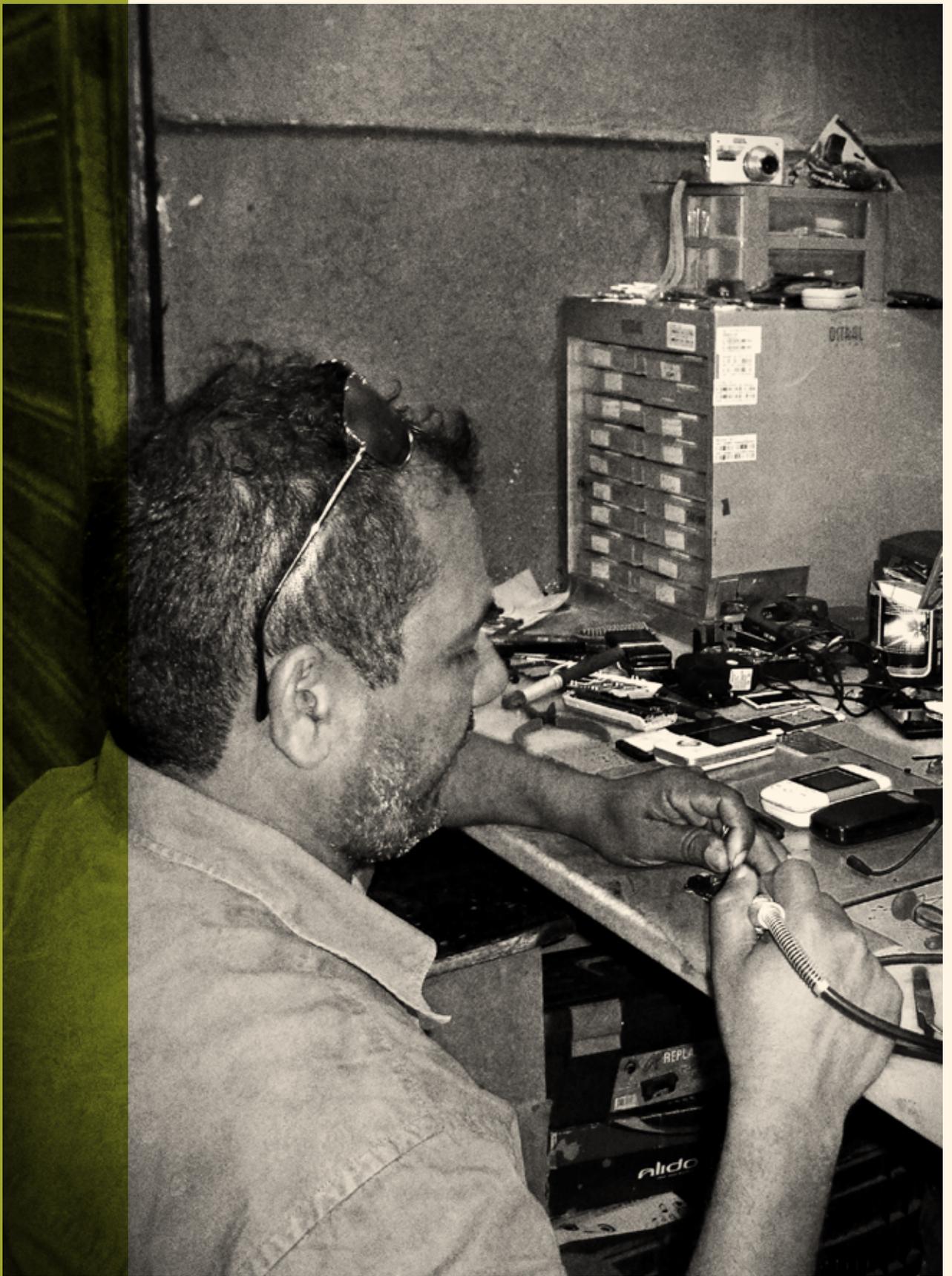
Além disso, os bancos ameaçaram retirar as barracas que permanecessem em frente às fachadas das lojas. A solução encontrada foi a liberação de uma linha de crédito especial para os vendedores de rua para a construção de barracas padronizadas, para aqueles que não tinham condições de fazê-lo com recursos próprios. Esta linha de crédito apresentava condições mais flexíveis para a concessão do crédito, de forma a se adaptar à realidade do comércio informal na cidade.

No que diz respeito às feiras, as principais são administradas pela prefeitura através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Combate à Violência⁵ (SESP). O setor de Mercados e Feiras é responsável, além da administração, pelo licenciamento de vendedores⁶. Segundo os representantes das associações a relação dos feirantes com a prefeitura e outros órgãos do governo é boa, não sendo identificados grandes conflitos.

Em se tratando dos vendedores que realizam suas atividades em logradouros e praças públicas, a regulamentação e fiscalização destes também estão a cargo da SESP. O setor de Comércio Informal e Espaço Público é responsável pelo ordenamento, licenciamento e fiscalização de espaços públicos e comércio Informal. A Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (CLF) é responsável pelo licenciamento de ambulantes, para atuarem tanto no dia a dia, quanto em festas populares, sendo também sua função a organização do comércio informal, exercendo a fiscalização e apreensão de mercadorias daqueles vendedores de rua que não estão licenciados. A Coordenadoria também é responsável pela liberação de eventos realizados em logradouros públicos, e por isso são estratégicos para os vendedores de rua que trabalham vendendo alimentos e bebidas em festas populares.

Para receber licenciamento para atuar como vendedor de rua, é necessário a apresentação dos documentos básicos de identificação e indicar a área em que deseja trabalhar, áreas essas definidas, como já foram citadas, há alguns anos atrás a partir de uma ação da SESP em conjunto com as organizações de vendedores de rua de Salvador. Além disso, é necessário o pagamento da taxa de R\$7,54.

A prefeitura é o principal órgão público com quem os vendedores informais se



relacionam. Segundo eles, a postura da prefeitura em geral é favorável aos vendedores. Assim também o seria a maior parte dos órgãos do poder público, a exemplo do governo do estado, secretarias municipais e estaduais, entre outros. É certo, no entanto, que em gestões municipais anteriores houve maior interesse em colaborar para a melhoria das condições de trabalho destes vendedores, o que não acontece atualmente. Nesse sentido, não há atitudes negativas com relação à presença dos vendedores, mas não há da mesma forma uma atitude no sentido de apoiar o trabalho destes indivíduos. Quanto ao Ministério Público, ele é visto como um possível aliado, podendo ser incitado a apoiar determinadas demandas dos vendedores informais. Todavia, em alguns momentos também foi utilizado por alguns grupos da sociedade para tentar forçar a retirada de trabalhadores instalados em calçadas e em frente a vitrines de lojas do comércio formal.

Já no que diz respeito aos artesãos, o órgão que mais se faz presente no cotidiano destes trabalhadores é o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá. Este instituto é uma autarquia da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, com a finalidade de executar a política de preservação, fomento, promoção e comercialização do artesanato baiano. Tem, também, como uma de suas diretrizes a organização e o fortalecimento dos núcleos de produção, associações e cooperativas, estimulando a qualificação dos artesãos.

Outra atribuição importante do Instituto é o cadastramento dos artesãos no estado, sendo a única instituição em Salvador responsável pela emissão das carteiras de identidade profissional do Artesão. Estas carteiras de identidade permitem ao artesão ter autorização da Secretária da Fazenda para utilizar Notas Fiscais e dá ao artesão o direito de participar das feiras e eventos do Mauá. Esta carteira é reconhecida pelo Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e é válida em todo território nacional. Este programa do governo federal congrega vários órgãos estaduais e municipais em todos os estados brasileiros. Estes órgãos vêm assumindo um papel central na organização do comércio informal de artesanato, investindo na constituição e fortalecimento de organizações de artesãos em todo o Brasil.

Para os artesões, todavia, o principal apoio dado pelo Instituto é a realização das feiras, que também se constitui na principal demanda dos artesãos, além da existência de outros espaços para a comercialização de seus produtos. Segundo a associação de artesãos entrevistada para esta pesquisa, os artesãos têm uma boa relação com o Instituto, mas reclamam da falta de interesse dos outros órgãos do poder público em atuar no apoio a atividade do artesanato na cidade.

3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

Dentre as organizações mapeadas destaca-se o Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes de Salvador (SINDFEIRA) que congrega cinco associações de vendedores ambulantes da cidade. O sindicato abrange o trabalho tanto dos vendedores

de rua quanto o dos vendedores que trabalham nas feiras da cidade. A primeira delas é a Associação dos Feirantes e Ambulantes da Região Metropolitana de Salvador (ASFAERP). A ASFAERP tem como filiados grande parte dos bolsões de camelôs da cidade de Salvador e sua região metropolitana, sendo a organização que apresenta a maior abrangência territorial da cidade. Esta associação, como foi dito, foi a principal associação responsável pela intermediação junto à prefeitura da reorganização dos vendedores de rua ocorrida em algumas regiões da cidade. Com o aumento desordenado do comércio informal em anos recentes, a principal demanda destas organizações, sem dúvida, é o ordenamento da atividade dos vendedores na cidade de Salvador.

A segunda associação, que também faz parte do SINDFEIRA, é Associação Profissional dos Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador. A associação foi fundada em 1985 e surgiu de uma ruptura de alguns diretores do SINDIFEIRA com a antiga gestão do Sindicato. Devido ao descontentamento com algumas ações do Sindicato, estes diretores se retiraram de seus cargos e formaram uma associação independente. Hoje a associação conta com cerca de 1300 filiados e retomou relações com o SINDFEIRA, do qual atualmente faz parte. Além disso, a associação conta com uma porcentagem aproximada de 40% de mulheres e 60% de homens filiados, sendo que boa parte desses associados estão localizados nas feiras, apesar de contar também com vendedores de rua. O tipo de mercadoria que se vê vai desde produtos industrializados importados até artesanato. O sindicato abrange todas as feiras e os vendedores de rua, e o centro da cidade concentra o maior grupo de vendedores filiados ao grupo. Uma das demandas apontadas pelo representante desta associação é a permanência dos vendedores de rua nos locais de trabalho em que eles hoje se encontram.

A terceira associação é a Associação do Comércio Informal de Salvador. Essa associação era anteriormente chamada de SINDFORMAL. Embora tenha atuado em Salvador por cerca de três anos, devido a mudanças estatutárias e de diretoria, optou-se pela modificação do nome da associação. A associação, agora com o novo nome, existe há cerca de nove meses. A maioria dos associados são camelôs que se encontram principalmente no centro, em locais como o Coqueiro da Piedade e a Avenida 7 de Setembro. A maioria de seus vendedores é licenciada. A principal demanda do grupo é a que se repete com relação com o Sindicato e associações: o ordenamento dos vendedores de rua principalmente nas áreas demarcadas na última reforma e ordenamento das barracas dos vendedores de rua do centro. Além do ordenamento, acreditam que a revitalização destas áreas e obras de infraestrutura nestes locais poderia contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos vendedores.

A última associação é a Associação dos Proprietários de Barracas nas Festas Populares (ABFEST). Diferentemente das outras associações de vendedores de rua, este grupo trabalha em sua maioria com vendedores de alimentos e bebidas que trabalham em festas ao ar livre como grandes shows, jogos de futebol, e festas populares como o Carnaval e a festa de São João. Estes vendedores não têm licença permanente de trabalho, mas apenas de acordo com a realização de festas e eventos. Devido a essa particularidade, a principal demanda deste

grupo é que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência permita a liberação de licença para a atuação do maior número possível de associados nas festas. Outra particularidade desta associação é que o número de mulheres é imensamente superior ao número de homens – cerca de 70% de mulheres contra 30% de homens.

Ainda foi possível identificar associações de artesãos como o Centro Associativo das Trabalhadoras do Artesanato, grupo formado por mulheres em idade avançada. Estes grupos trabalham produzindo peças para várias lojas de artesanato, a maioria delas concentrada no Pelourinho. Participam também de feitas eventuais que ocorrem na cidade, a maioria delas organizada por órgãos do governo, com o objetivo de incentivar o turismo local, principalmente o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá.

4. ALIADOS

Em geral, as alianças relatadas pelos vendedores informais na cidade são outras associações de vendedores de rua, o SINDFEIRA, ou órgãos públicos ou vereadores e deputados estaduais e federais. A aliança mais profícua tem sido a das associações e o sindicato. A estrutura organizacional colegiada da ASFAERP faz com que a própria associação seja um conglomerado de grupos menores presentes em vários pontos da cidade, contando com fortes lideranças em várias regiões da cidade. Entre a ASFAERP e a ABFEST há uma forte aliança, apesar de os dois grupos lidarem com questões diferentes no que diz respeito à dinâmica e regulação da venda.

Os sindicatos formais são vistos como possíveis aliados, mas não há uma parceria constante. Em geral o apoio destes sindicatos e centrais sindicais está fortemente ligado à disponibilização de assessoria jurídica, entre outras. Foram lembrados o Sindicato dos Petroleiros de Salvador, que em alguns momentos teria colaborado com ajuda financeira para a realização de atividades e manifestações, Sindicato dos Químicos de Salvador, Sindicato dos Bancários e a CUT.

A prefeitura, atualmente do Partido Progressista, não é uma parceira potencial. Mas em mandatos anteriores o diálogo entre as associações e o poder municipal já foi mais intenso, como no governo anterior⁷. Além disso, tem contado com o apoio de alguns vereadores, principalmente devido ao fato de que um desses legisladores tem como base e apoio eleitoral a categoria dos vendedores de rua. Já os deputados federais e estaduais são reconhecidos como potenciais parceiros, apesar de não haverem tido uma participação proeminente na defesa das demandas dos grupos de vendedores que estão nas ruas. O cenário se modifica com relação às feiras. A Feira de São Joaquim, a maior da cidade recentemente foi contemplada com um auxílio financeiro do Ministério do Turismo e do Governo Estadual para realizar uma grande reforma estrutural de suas instalações. A captação desta verba contou com o apoio direito dos deputados federais e estaduais da Bahia, através de emendas orçamentárias e outras formas de captação.

Os artesãos identificam o poder público como um de seus principais parceiros, no sentido em que podem usufruir dos programas de incentivo ao artesanato. O Instituto Mauá organiza e realiza feiras de artesanato, além de captar recursos sejam públicos sejam privados para realização de eventos que possam vir a favorecer os artesões da cidade.

Com relação a grupos da iniciativa privada, os artesões citaram algumas tentativas do Banco do Brasil em apoiar atividades realizadas por artesões, mas ainda muito raras. Já os vendedores de rua, na época da reorganização das barracas e do espaço onde se localizavam na cidade, citaram além do Banco do Brasil, o Banco Bradesco, o Banco do Nordeste, e a ONG Visão Mundial, que colaboraram com a abertura de linhas de crédito especiais para os vendedores de rua.

5. IMPACTOS DA COPA

Em Salvador ainda não foram iniciadas obras de infraestrutura, com exceção da reforma do estádio Fonte Nova, local onde ocorrerão os jogos da Copa na cidade. Os vendedores que antes trabalhavam neste local, exercem suas atividades hoje no outro estádio da cidade e não sofreram impactos muito grandes com relação a esta mudança.

Da mesma forma, pouco é sabido sobre possíveis remoções. Há projetos de alargamento de vias no centro da cidade que farão com que o espaço disponível para a colocação de barracas e bancas sejam diminuídos, afetando diretamente os vendedores. No entanto, para além da diminuição do espaço para os vendedores, há projetos de realocação dos vendedores de rua da cidade, que hoje estão presentes em grande quantidade em ruas importantes. Já houve a tentativa em momentos anteriores de se construir um camelódromo para abrigar vendedores das ruas. Este projeto, todavia, não obteve sucesso, pois segundo os vendedores informais, o local escolhido para a construção do camelódromo não era próximo à vias com grande fluxo de pessoas, fazendo com que as vendas fossem reduzidas, levando por sua vez os vendedores a se retirarem do camelódromo e voltarem para as ruas. Devido a essa experiência mal sucedida as associações em Salvador rejeitam a construção de camelódromos ou shoppings populares como possível alternativa em caso de serem retirados das ruas.

6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Salvador apresenta um contexto bastante atípico no que diz respeito à atividade do comércio informal. Não há repressão forte dos governos municipais e estaduais e a venda nas ruas não é proibida como em várias outras cidades. Isso gerou um boom de vendedores de rua, vindos tanto do comércio formal que não absorve determinadas parcelas da população sem formação exigida pelo mercado de trabalho formal, tanto migrantes de outras cidades do estado quanto de estados vizinhos.

As ruas do centro e de outras regiões estão tomadas pelos vendedores de rua, ocupando massivamente as calçadas e praças. Esta situação faz com que cresça o descontentamento dos comerciantes formais que tem suas entradas e fachadas obstruídas por alguns vendedores, o descontentamento de uma parcela da população que se incomoda com o bloqueio das passagens de pedestres (já houve tentativas de utilizar o Ministério Público para a retirada dos vendedores), além de chamar a atenção das autoridades interessadas em promover uma higienização urbana visando a Copa do Mundo.

Caso haja a remoção maciça destes vendedores, o número de afetados pode ultrapassar a marca de 12 mil famílias, número aproximado de vendedores de rua presentes nos principais bolsões de camelôs, segundo as associações entrevistadas. Algumas feiras ao contrário, podem se beneficiar ao tentarem utilizar o argumento de que são atrativos turísticos da cidade, como a Feira de São Joaquim. Este argumento vale também para os artesãos, mas nesse caso, há muita dificuldade no que diz respeito à abrangência das políticas de fomento do artesanato, visto que muitos grupos não conseguem se beneficiar das ações promovidas pelo Instituto Mauá.

Devido ao grande contingente de pessoas atuando no comércio informal da cidade, a questão da abrangência, portanto, aparece como um elemento crucial na defesa de políticas públicas para os camelôs, feirantes, barraqueiros de festas populares e artesãos. As políticas que existiram atingem apenas uma parcela dos grupos, todos eles com situação regulamentada pela prefeitura. Isso nos leva a outra preocupação: os grupos mais vulneráveis hoje são os vendedores de rua não licenciados para exercer a profissão, pois em geral não são contemplados em políticas para a categoria e não contam com o apoio formal das associações. Sendo poucos os representantes que defendem a inserção destes não regularizados. Levando-se em conta que há cerca de 3000 vendedores cadastrados na prefeitura, aproximadamente 9000 vendedores em situação precária que dificilmente serão incluídos mesmo em projetos de construção de shoppings populares.

Por fim, é necessária a disseminação de informações sobre as possíveis ações da Prefeitura, guiada pelas exigências da FIFA no sentido de levar à marginalização dos vendedores de rua com a delimitação das zonas de exclusão. Não há conhecimento sobre a experiência vivida pelos vendedores de rua na África do Sul, levando a muitos questionamentos por parte das associações entrevistadas. Isso faz com que os representantes tenham uma avaliação positiva da vinda da Copa do Mundo para a cidade na maioria das vezes. Apenas após a visita da *StreetNet* às associações foi possível perceber o crescimento da preocupação dos grupos com os potenciais impactos negativos à categoria, com a realização de eventos públicos e a pressão dos governantes pela disponibilização dos planos de revitalização urbana de regiões estratégicas como o centro de Salvador.

NOTAS

1. Iguaria típica do estado da Bahia.
2. Produtoras e vendedoras de comidas típicas.
3. Como afirma Durães, 2002.
4. Guimarães, 2002.
5. Estas feiras são: a Feira do Bonfim, do Curtume, das Flores, Dois De Julho, de Itapuã, do Rio Vermelho, de São Joaquim, de São Miguel e de Frutos Do Mar.
6. Para obter a licença, no caso de vendedores que trabalham com barracas desmontáveis é necessário pagar a taxa de R\$ 14,90 e no caso de venda de produtos alimentícios apresentar dois outros tipos de documento: Atestado de Saúde Ocupacional e Certificado de Produtor Orgânico. Para aqueles vendedores que trabalham em boxes de feiras permanentes, como permissionário, num dos mercados e feiras municipais é necessário participar de processo licitatório.
7. O prefeito atual é do Partido Progressista (PP). O anterior a ele era do Partido Democrata (DEM), de direita.

REFERÊNCIAS

DURÃES, Bruno. "Trabalho Informal": um paralelo entre o trabalho de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. . *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 289-308, 2002.

GUIMARÃES, Iracema. Participação Familiar e Trabalhadores Informais. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13, 2002. Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto, UFOP, 2011. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST2_Guimaraes_texto.pdf Acesso em: 03 nov 2011.

NASCIMENTO, Antônio. Movimentos Sociais Urbanos de Trabalhadores Rurais Transmutados. In: Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Sociologia, 28, 2011. Recife. *Anais...* Recife, UFPE, 2011.

SÃO PAULO

MAÍRA VILLAS
BÔAS VANNUCHI

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de São Paulo é um dos principais centros financeiros, coporativos e mercantis da América Latina. É também a cidade mais populosa do Brasil com 11,3 milhão de habitantes e tem o maior Produto Interno Bruto do país, que representa 12% do total do PIB brasileiro. O município sempre teve grande parte de sua economia alocada na indústria, no entanto, vem passando por uma transformação do perfil econômico, aumentando gradativamente a participação do setor de serviços na economia. Os índices de negócios ligados à economia informal são altos, assim como os índices de desigualdade. Em 2001 foi registrado que 10% da população vivia abaixo da linha de pobreza.

A presença dos vendedores ambulantes no município de São Paulo é registrada desde a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a partir da Lei de Terras de 1850 até a Abolição da Escravatura em 1888. Já a primeira lei que regula a atividade no município de São Paulo é de 1896.

Desde o início do processo de urbanização, a cidade de São Paulo se desenvolveu a partir de pólos de comércio popular interligados por um sistema de transporte – chamado reboque – que levava os cidadãos entre esses pólos e a seus respectivos locais de trabalho e moradia.

A região central do município historicamente sempre concentrou um grande número de vendedores ambulantes em razão de ser o principal entreposto de chegada, distribuição e venda dos produtos advindos do principal porto do país, o porto de Santos. Eram nas ruas do Centro Histórico (ladeira Porto Geral) que ocorria a distribuição dos produtos pela cidade e para os municípios no interior do Estado. Até hoje a região central tem papel varejista relevante na cidade por ainda ser o principal núcleo de entroncamento dos fluxos urbanos e também por abrigar importantes pólos de comércio popular especializado.

11.253.503
HABITANTES

389.317.167
PIB (R\$)

10,5%
DESEMPREGO

158.000
VENDEDORES
INFORMAIS

R\$ 790,00
RENDIMENTO
MÉDIO (R\$)

28,1%
ÍNDICE DE
POBREZA

Nas zonas norte, sul, leste e oeste, os locais de aglomeração de trabalhadores informais se efetivaram nas principais portas de entrada da cidade, conectadas aos municípios vizinhos da região metropolitana e nos centros de comércio popular. Nessas regiões, os vendedores ambulantes se concentraram próximos aos locais de transporte coletivo, sobretudo, próximos aos terminais de trem, ônibus e metrô.

A lógica espacial que o comércio varejista informal seguiu na cidade, refletiu a forma de organização do espaço urbano que o município de São Paulo desenvolveu historicamente, e influi diretamente na forma que os trabalhadores ambulantes se organizam.

ATUALMENTE, PREDOMINAM ORGANIZAÇÕES DE VENDEDORES AMBULANTES POR REGIÃO DA CIDADE

Atualmente, predominam organizações de vendedores ambulantes por região da cidade (norte, leste, oeste e sul), geralmente atrelados a esses centros de comércio popular e próximos aos terminais de transporte coletivo. No centro da cidade encontramos o maior número de organizações de vendedores ambulantes atuantes.

Os produtos comercializados na cidade são de natureza variada. Nas ruas é possível achar vendedores de comida, bebida, roupas, artigos de decoração, acessórios, artesanato, CDs e DVDs piratas, entre outros artigos de utilidade. São achados também, principalmente nas ruas e shopping populares do centro, produtos eletrônicos e tecnologia chinesa.

A Feirinha da Madrugada do Brás e seu entorno – com a maior aglomeração de vendedores informais da América Latina – sofreu recentemente uma onda de fiscalização e repressão que retirou os produtos eletrônicos contrabandeados do comércio informal.

As informações atuais sobre o número de ambulantes na cidade de São Paulo foram levantadas a partir de uma análise elaborada recentemente com base na Pesquisa Emprego e Desemprego – PED¹ realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, com parceria da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

As subamostras foram elaboradas pelo Dieese selecionando o número de pessoas ocupadas no setor de comércio varejista de rua e que residem na Região Metropolitana de São Paulo. A pesquisa se refere ao período 2009-2010, quando dados indicavam que os ambulantes correspondiam a 1,7% da população ocupada em São Paulo. Neste período, existiam 158 mil ambulantes na região metropolitana, dos quais 43,1% tinham a renda mensal de até um salário mínimo, e 35,6% rendimento mensal entre um e dois salários mínimos. Em média, os vendedores ambulantes trabalham 40 horas semanais e obtém o rendimento

mensal de R\$ 790,00, e a permanência no atual emprego é de 6,7 anos. A pesquisa também mostrou que apenas 14.1% desses trabalhadores contribuem para a previdência pública.

A PED caracteriza o vendedor ambulante com o seguinte perfil dominante: são homens, de cor branca, idade madura, escolaridade precária, chefes de domicílios pobres e moradores há bastante tempo na cidade de São Paulo.

O professor da PUC-SP João Batista Pamplona, que desenvolveu estudo no mesmo período, também a partir da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), utilizou subamostras obtidas através da seleção de pessoas ocupadas no setor do comércio varejista das vias públicas que residiam na Região Metropolitana, mas trabalhavam no Município de São Paulo. De acordo com ele, os atributos sexo, idade, escolaridade e renda familiar merecem ser destacados, pois são os que mais diferenciam os vendedores ambulantes de outros. Entre os perfis analisados, 2/3 eram homens; 50% tinham mais de 40 anos; e 69,1% possuíam o ensino fundamental completo.

Com esses dados, Pamplona desmistifica o discurso, muito utilizado pelo Poder Público, de que o crescimento econômico e as taxas de emprego e assalariamento verificados até o final da década de 2000, sustentado ainda no início desta década, seriam suficientes para incluir o contingente que vem sendo excluído dos espaços públicos, seja eles com ou sem licença.

NÚMERO DE AMBULANTES E NÚMERO DE LICENÇAS ENTRE 2004 E 2009

	2004	VARIAÇÃO	2009
NÚMERO DE AMBULANTES ¹	133.000	-25%	100.000
NÚMERO DE LICENÇAS ²	24.000	-91%	2.200
PORTADORES DE LICENÇA	18%		2,2%

1: FONTE: PAMPLONA, 2011, DADOS PED (SEADE/DIEESE) | 2: DADOS SINPESP - 2011.

Pamplona também levantou nestas subamostras, que no ano de 2009 havia 100.000 ambulantes no município de São Paulo, 33.000 trabalhadores a menos do número de vendedores informais em 2004. Ele argumenta que o período de 2004-2008, de diminuição sustentável das taxas de desemprego (de 17,1% em 2004 para 11,8% em dezembro de 2008) e aumento progressivo da taxa de assalariamento para 48,4% em dezembro de 2008, contribuiu



para uma ligeira diminuição dos ambulantes no município de São Paulo, mas não significativamente em razão dos atributos pessoais dos comerciantes de rua levantados pela PED.

Se houve uma diminuição de 25% neste período do número de vendedores ambulantes no município de São Paulo e o número de licenças no município caiu em 91%, o que aconteceu com os 97.800 ambulantes que foram expulsos das ruas?

Não é possível afirmar que o crescimento econômico absorveu esse grande contingente de trabalhadores expulsos da atividade no mercado formal de trabalho, mas este tem sido um dos argumentos que a atual gestão utiliza para justificar a cassação de licenças de vendedores ambulantes.

O exercício do comércio ambulante é regulamentado pelo Decreto 42.600/2002², que modificou a lei original que normatizou a profissão no município de São Paulo em 1991³. O nome da permissão de uso do espaço público para comercialização é Termo de Permissão de Uso – TPU. Os pontos da normatização de maior relevância são:

- Existência de critérios de prioridade para a distribuição dos pontos de venda: condição física do ambulante, determinando grau de deficiência com o objetivo de oferecer espaço público de comercialização àqueles sem condições de usufruir do mercado de trabalho; antiguidade no exercício do comércio ambulante.
- As subprefeituras definem a forma que o comércio ambulante é exercido em cada região, seguindo diretrizes da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSP) e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPLA) e consultando a Comissão Permanente de Ambulante – CPA.
- A CPA – Comissão Permanente de Ambulante deve ser constituída por membros de entidades representativas (associações ou sindicatos) do comércio ambulante (com no mínimo 70 associados), do comércio estabelecido, da sociedade civil ou movimento popular e da administração municipal.
- A CPA deve ser consultada para a regulamentação dos seguintes temas: áreas, praças e ruas de atuação; produtos e serviços comercializados e tipos de equipamentos utilizados; expedição e revogação dos Termos de Permissão de Uso - TPU.
- A permissão de uso é a título precário, onerado, pessoal e intransferível, que poderá ser revogada a qualquer momento pela prefeitura. Ambulantes podem contratar, dependendo do registro, um ou dois auxiliares.

Em 14 de Agosto de 2007 a Coordenação das Subprefeituras baixou o Decreto nº 32 suspendendo por 365 dias a emissão de novos TPUs no município de São Paulo. A prefeitura

argumentou na época, que o objetivo da resolução era combater o comércio informal e racionalizar o uso do espaço público da cidade⁴. A medida vem sendo renovada desde então, sob o argumento de que persiste a necessidade de reorganização do uso dos espaços públicos para solucionar a irregularidades do comércio ambulante⁵.

A “OPERAÇÃO DELEGADA” É RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA TOTAL DOS VENDEDORES INFORMAIS QUE NÃO POSSUEM LICENÇA

A secretaria municipal responsável pela regulamentação das vagas no logradouro público e, portanto, pela venda ambulante, é a Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSP), que coordena as Subprefeituras diretamente responsáveis pelo comércio informal nos perímetros administrativos. A fiscalização é atribuída a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) através da Guarda Civil Metropolitana (GSM). Desde 2009, a GCM foi reorganizada (Decreto 50448/2009⁶), e passou a ampliar a fiscalização nas regiões da cidade e dispor de destacamentos da Superintendência de Fiscalização do Comércio Ambulante, Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises (SUFIME), aumentando a repressão aos trabalhadores irregulares.

A atual gestão do prefeito Gilberto Kassab implantou uma ação chamada “Operação Delegada” que transferiu a responsabilidade da fiscalização dos ambulantes aos Policiais Militares do estado de São

Paulo por meio de um convênio entre Polícia Militar-Prefeitura. Os policiais militares atuam como agentes fiscais da atividade após realizarem seus turnos normais estabelecidos na carga-horária determinada para a categoria. Os policiais que atuam na fiscalização trabalham sob o regime de “hora-extra”, complementando seu salário de policial, com recursos da Prefeitura destinados à “Operação Delegada”.

Esta operação causou a limpeza total do enorme contingente de vendedores informais da cidade que não possuem licença, e que ficaram sem meios de garantir a subsistência de suas famílias. Diversos representantes de organizações entrevistados relataram que houve a erradicação quase absoluta dos vendedores informais sem licença da cidade, que antes permaneciam sob “vista grossa” das autoridades por meio da cobrança de propina. A repressão a atividade ocorre de forma truculenta gerando um estado geral de criminalização da atividade profissional.

No entanto, a principal violação de direitos fundamentais e de arbitrariedade cometidas pela administração municipal tem sido a cassação sistemática de TPUs.

Regiões de tradicional reduto de concentração de camelôs, como os de Santana (norte), Largo 13 de Maio (sul), Lapa (oeste), Largo da Concórdia (centro-leste) e Itaquera (leste) testemunharam uma expulsão total dos ambulantes e cassação de todas

as licenças. Os camelôs remanescentes nestas regiões operam sem licença, através de um pacto informal com as subprefeituras. Esta condição temporária, portanto, acaba conferindo uma constante instabilidade, permitindo a atuação de alguns vereadores que negociam a permanência dos trabalhadores em espaços provisórios públicos ou privados sob a forma de camelódromos ou shoppings populares, além de abrir espaço para o pagamento de propina aos agentes fiscalizadores.

2. RELAÇÃO COM PODER PÚBLICO

As gestões dos últimos Prefeitos são muito distintas na forma como lidaram com a atividade do comércio ambulante. O governo da prefeita Luiza Erundina – 1989-1992 foi um divisor de águas no relacionamento do Poder Público com os vendedores ambulantes. Ela, que tinha origem nos movimentos sociais de base e nos movimentos sindicais dos trabalhadores, marcou positivamente ao implantar o canal de diálogo social sob a forma das CPAs.

As gestões seguintes, de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000) foram marcadas pelo envolvimento dos quadros do Executivo e Legislativo nos esquemas mafiosos de corrupção e cobrança de propina aos ambulantes. Nessas duas gestões ocorreram inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs de 1991, 1995, 1997 e 1999), lideradas por alguns vereadores articulados às lideranças de ambulantes para denunciarem os esquemas corruptos.

Já a ex-prefeita Marta Suplicy (2001-2004) recuperou as políticas de Erundina, ao ativar as CPAs sistematicamente nas subprefeituras. Nesta gestão, as CPAs, com todas as contradições das disputas políticas que estavam em jogo, foram espaços legítimos de reivindicação e pressão por parte dos trabalhadores.

Os governos de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2007-2008; 2009-2012) foram e ainda são caracterizados por uma implacável perseguição tanto aos vendedores ambulantes sem licença quanto aos portadores licenciados. A última gestão de Kassab que implantou a política já mencionada de proibição de emissão de novos TPUs e cassação indiscriminada de licenças em todas as regiões da cidade.

Outro fator de grande relevância na relação da venda informal com o poder público é a lógica espacial mencionada anteriormente. A regulamentação da venda ambulante foi realizada pelo Poder Público, principalmente o Legislativo, de forma

*AS GESTÕES
DOS ÚLTIMOS
PREFEITOS
LIDARAM DE
FORMA DISTINTA
COM O COMÉRCIO
AMBULANTE*

fragmentada pela cidade. Os deputados estaduais e vereadores estabeleceram suas bases eleitorais tendo em vista a distribuição espacial dos pólos de comércio na cidade, e da consequente regionalização das reivindicações políticas.

A própria legislação que regula o comércio ambulante foi criada tendo em vista comissões e administrações regionais, o que contribui para a fragmentação das organizações de trabalhadores, uma vez que o diálogo entre a o poder público e as organizações de ambulantes acontece separadamente em cada subprefeitura, através dos parlamentares. A legislação foi desenhada como tal exatamente porque as mercadorias políticas sempre são negociadas regionalmente.

Por este motivo, a regulamentação regional do comércio informal aprofundou ainda mais a fragilidade das articulações de ambulantes.

No município de São Paulo existem instâncias tripartites de diálogo social, como os Conselhos Municipais de Habitação e Educação, porém estes conselhos se distinguem das CPA's (Comissão Permanente de Ambulante) na forma como os representantes dos movimentos sociais se relacionam com o Poder Público. Nesses Conselhos, os representantes barganham coletivamente com os demais atores políticos e o Governo simultaneamente. As CPAs, ao contrário, não permitem por parte dos representantes dos trabalhadores, visualizar se há um tratamento diferenciado da Prefeitura com os demais atores políticos em jogo, uma vez que ela ocorre separadamente em cada subprefeitura. Além disso, não as organizações não conseguem se articularem em torno de uma agenda única para se fortalecer como categoria de trabalhador.

Ainda que contribua para a lógica de desarticulação das organizações de vendedores informais, a CPA é um canal de negociação tripartite regulamentado pela prefeitura que prevê a existência do Diálogo Social entre representante dos trabalhadores, sociedade civil e poder Executivo. No entanto, as comissões não ocorrem periodicamente nas subprefeituras como previsto em lei, o que mostra mais uma vez o descaso e negação de qualquer compromisso da administração municipal com os vendedores informais.

3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDA

Segundo algumas lideranças de trabalhadores informais entrevistadas, aconteceram nos últimos 20 anos diversas tentativas de criar um movimento de organizações de vendedores ambulantes no município unificado na cidade, porém sem êxito. Contudo, os vendedores informais da cidade de São Paulo vivem atualmente o pior cenário já verificado no município, enfrentando violência policial cotidiana e uma profunda e indiscriminada violação dos direitos sociais. O quadro é ainda mais grave pela completa inexistência de diálogo com a administração municipal, que na maioria absoluta das vezes se recusa a abrir espaço de comunicação com os representantes da categoria. A gestão municipal tem como orientação política a limpeza urbana e o extermínio da atividade profissional

ambulante. Essa situação é ainda mais fragilizada pela fragmentação das organizações e pela falta de uma agenda política unificada.

PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES

As reivindicações das organizações de ambulantes vêm no sentido de exigir direitos e lutar pela sobrevivência da profissão no município de São Paulo. As principais organizações de vendedores informais do município de São Paulo que possuem relevância significativa no atual cenário da venda ambulante e que foram entrevistadas são:

REGIÃO CENTRAL

- **SINPESP – Sindicato dos Permissionários do Estado de São Paulo, articulado com a UNADEF – União Nacional dos Deficientes**
cujos presidentes são importantes lideranças de camelôs da região da Rua 25 de Março, um dos principais pólos de comércio popular do país. As organizações foram fundadas na década de 80 e têm suas decisões tomadas por assembléia geral ou extraordinária. Os membros da diretoria executiva se reúnem a cada três meses em um conselho executivo e deliberativo, e as decisões ocorrem por voto direto.
- **Associação dos Camelôs e Ambulantes da região do Brás e Adjacências da Capital**
Formou-se no ano de 2011 sob o contexto da cassação de licenças de venda na região do Brás. O bairro possui o maior contingente de ambulantes da cidade, uma vez que a Feirinha da madrugada – maior camelódromo de São Paulo e pólo de varejo popular de vendedores ambulantes de todo país – se situa no local. Um levantamento informal constatou que no início de 2011 existiam aproximadamente sete mil vendedores informais dentro do shopping popular e dois mil no entorno. No movimento de “limpeza urbana” que a cidade de São Paulo vem empreendendo, promoveu retirada de todos os vendedores informais do entorno da Feirinha da madrugada, o que causou conflitos alarmantes entre vendedores ambulantes e Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e Comerciantes formais, foram cassados 300 TPUs. Neste contexto, a associação se formou para reivindicar a parlamentares da cidade e estado de São Paulo a revogação da cassação ocorrida indiscriminadamente. A partir disso, intervenção de um deputado estadual diretamente com a gestão municipal levou a revogação da cassação. Atualmente os

trabalhadores estão articulados, mas ainda sofrem com arbitrariedades no dia a dia que causam um sentimento de indignação e desespero.

- **ACESP- Associação dos Camelôs, Ambulantes e Autônomos de São Paulo**
Representa vendedores informais com permissão de venda e tem sua estrutura organizacional atrelada a central sindical UGT – União Geral dos Trabalhadores. A organização esteve no processo de estabelecimento da Feirinha da madrugada, que fez parte de um projeto da gestão municipal de 2000, de retirar ambulantes das ruas e alocá-los no shopping popular baseado em terreno cedido pela União.

REGIÃO LESTE

- **COOPAMESP - Cooperativa dos Trabalhadores Ambulantes do Estado de São Paulo, que representa os vendedores informais do Parque do Carmo e do centro de Itaquera**
Foi fundada em 2006 após os vendedores informais terem sido expulsos do entorno do metrô Itaquera, na ocasião da inauguração do shopping Itaquera. A diretoria do Parque do Carmo, realizada pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) permite a venda ambulante no parque através de acordo bilateral, independente da autorização da Subprefeitura. A COOPAMESP tem a estrutura decisória baseada em uma diretoria eleita de 3 em 3 anos e uma assembléia geral mensal com todos os membros. A diretoria se reúne quinzenalmente com a comissão da assembléia para a tomada de decisões, além de fazer parte do conselho gestor do Parque do Carmo.

REGIÃO SUL

- **SINTEMEI – Sindicato dos Micro Empreendedores Individuais e da Economia informal do estado de São Paulo**
É uma reorganização do antigo Sintein - Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal da CUT, que deixou de existir em 2009. Fundado em 2010, reúne grande parte da antiga diretoria do Sintein, que existiu por 20 anos e foi criado por duas principais razões: o fato do movimento sindical formal não investir significativamente em entidades representativas de vendedores informais, o que provocou ao longo do tempo descontentamento da diretoria do Sintein, e a

necessidade legal de adaptar o sindicato juridicamente para representar oficialmente os trabalhadores enquadrados na categoria do MTE, MEI. O sindicato está buscando a carta sindical para poder receber o imposto sindical obrigatório que trabalhadores da economia informal que são MEI contribuem anualmente. Dessa forma, a organização poderá se estruturar financeiramente, já que desde o início foi deficitária. A instância máxima decisória do sindicato é a assembléia, que ocorre semestralmente e legalmente deve ser anunciada em jornal de grande circulação e na Imprensa Oficial. A assembléia agrega a categoria toda e todos os membros. A executiva se reúne quinzenalmente e a diretoria mensalmente para tomar as decisões diárias. A organização tem a diretoria majoritariamente composta por mulheres.

DEMANDAS

Os principais temas que circundam as reivindicações das organizações entrevistadas são: denunciar as ações arbitrárias e violentas de fiscalização da atividade, hoje na mão da Polícia Militar; denunciar as cassações arbitrárias e indiscriminadas das licenças realizadas pelas subprefeituras e a não emissão de novas TPUs desde 2007; denunciar o desvio político da função das CPAs, como canal de negociação das políticas, de acompanhamento das arbitrariedades e das decisões sobre as licenças; organizar os ambulantes seja na rua ou em shoppings populares.

Todas as organizações entrevistadas relataram a ocorrência de ações arbitrárias e truculentas em relação aos vendedores ambulantes vindas de policiais militares que fazem parte da “Operação Delegada”:

- Policiais Militares não obedecem as exigências determinadas pela legislação principal da atividade, o Decreto 42.600/2002, que determina que os ambulantes têm o direito de permanecerem por 30 dias no seu local de trabalho, após a cassação da sua licença. Todos os ambulantes relataram que no dia seguinte da publicação da cassação no Diário Oficial Municipal, tiveram suas bancas retiradas pelos policiais militares;
- Não obedecem à lei que regula a fiscalização da atividade, atribuída aos Guardas Civis Municipais. A apreensão das mercadorias, o direito a ter controle sobre o lacre de apreensão da mercadoria e o procedimento de pagamento de multa e retirada da mercadoria apreendida (quando regular) não têm sido cumpridos. A Polícia Militar não segue a legislação e não está sob nenhuma normatização

no exercício das atribuições que são legalmente responsabilidade da GCM, não havendo controle público algum sobre os abusos exercidos;

- Ficam à paisana ou em veículos sem identificação, protegidos com filmes nas janelas para não serem identificados no interior dos mesmos, e agem de forma truculenta e imprevisível em relação aos trabalhadores sem licença.

CASSAÇÃO INDISCRIMINADA E ARBITRÁRIA DAS LICENÇAS E NÃO EMISSÃO DE NOVAS DESDE 2007

As organizações entrevistadas denunciam a massiva onda de revogações e cassações das licenças, os Termos de Permissão de Uso (TPUs), que permitem o vendedor ambulante comercializar em um espaço específico determinado pelo município.

- Os ambulantes da região da rua 25 de março denunciaram a cassação indiscriminada neste ano de 21 licenças, sob a alegação de arbitrariedade na administração dos documentos que subsidiam a licença dos ambulantes na região. Em razão da adulteração de alguns documentos, segundo eles, 21 ambulantes tiveram suas licenças cassadas;
- Os ambulantes da região dos Brás também denunciaram a arbitrariedade na administração dos documentos que subsidiam a licença dos ambulantes. Em razão do sumiço de alguns documentos, mais de 350 ambulantes tiveram suas licenças cassadas;
- Mais de 70 ambulantes da região do Jabaquara, também tiveram suas licenças cassadas devido à não concordância do local de trabalho com a legislação, que prevê uma distância em relação aos terminais de transporte coletivo. Tal cassação não foi negociada com os trabalhadores e não houve uma política de transferência para outro local, como alternativa de trabalho.
- Os ambulantes da COOPAMESP, no Parque do Carmo, estão provisoriamente no local, através de um acordo informal com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que administra o espaço. Eles reivindicam a permanência permanente, com licença para o exercício da atividade com segurança;

DENUNCIAR O USO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AMBULANTE NÃO COMO CANAL DE DIÁLOGO SOCIAL, MAS PARA REFERENDAR A CASSAÇÃO DE LICENÇAS

Algumas lideranças relataram que o principal aspecto da legislação que regula a

atividade, a consulta às CPAs, está sendo desvirtuado.

As CPAs, por meio de uma portaria 18/2007, que regula seu regimento interno, deveriam ocorrer periodicamente a cada 2 meses, e deveria ser um espaço onde os ambulantes pudessem acompanhar as decisões sobre as definições das áreas propícias ao comércio informal, acompanhar as políticas das licenças e denunciar os abusos.

Segundo algumas lideranças, as CPAs, além de não ocorrerem periodicamente conforme previsto em lei, acontecem sem a convocação dos envolvidos, e estão sendo realizadas apenas para referendar a cassação das licenças.

ORGANIZAR OS AMBULANTES COM LICENÇAS EM PONTOS NA RUA OU EM SHOPPINGS POPULARES

As organizações, de uma forma geral, têm como sua principal reivindicação, um local de trabalho seguro, permanente, com licença, seja na rua ou dentro de shoppings populares.

- O SINTEMEI defende organizar os ambulantes em pontos na rua ou sob a forma de cooperativas em shoppings populares;
- A ACESP defende a formalização dos ambulantes em shoppings populares como MEI Micro Empreendedores Individuais, e protegidos pela lei federal do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, que permite os ambulantes terem uma microempresa, com CNPJ e proteção social do INSS.

4. PRINCIPAIS ALIADOS

As organizações representativas de vendedores informais da cidade de São Paulo contam com diversos aliados, que por meio de alianças e do apoio as demandas destes trabalhadores, agregariam peso político e maior alcance na negociação com o poder público.

MOVIMENTO SINDICAL

As organizações de vendedores ambulantes acompanham as principais centrais sindicais no cenário político nacional: CUT, Força Sindical, UGT e CTB.

O representante do SINTEMEI destacou que as centrais sindicais, na sua maioria, abandonaram a questão do vendedor ambulante. Ele alega que tem sido imposto pelos governos que os ambulantes sejam enquadrados na categoria MEI – Micro Empreendedor Individual do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, na condição de trabalhador por conta-própria ou autônomo, que presta serviço ou vende como um pequeno empreendedor. De acordo com ele, essa questão está se resolvendo dentro do âmbito dos governos federal, dos estados e dos municípios, e ao largo das discussões e debates com as centrais sindicais

e organizações de vendedores ambulantes.

Apesar das diferenças de programas políticos das associações ou sindicatos, apenas uma organização entrevistada em São Paulo relatou participar formal e ativamente das atividades das centrais sindicais. A ACESP (Associação de Camelôs do Estado de São Paulo) é filiada à UGT (União Geral dos Trabalhadores), que é fortemente relacionada aos sindicatos de comerciários (empregados do comércio). Nas demais organizações, entretanto, não ficou claro na maioria das entrevistas se: 1) os sindicatos e associações de ambulantes estão formalmente filiados ou estão em dia com as centrais sindicais; 2) conseguem votar ou participar das decisões políticas das centrais sindicais; 3) se chamam as centrais sindicais como suas aliadas nas denúncias ou nas reivindicações políticas.

Das três hipóteses acima, no entanto, é possível avaliar que a desvinculação formal das organizações de ambulantes como filiadas ativas das centrais sindicais, desconecta as organizações de ambulantes das mesas de negociações das pautas nacionais.

Pelo fato de estarem neste limbo institucional na esfera sindical nacional, as organizações de ambulantes transitam entre fracos subsidiários da agenda sindical ou indistintos alvos de programas sociais do governo. Essa indefinição da participação no mundo sindical unificado pode ser uma das razões da falta de apoio do mundo do trabalho quando ocorre a criminalização da categoria.

Abaixo estão relatados os vínculos (formais ou informais) das organizações entrevistadas com as centrais sindicais:

- A central sindical Força Sindical tem como seu filiado o SINDCISP, cujo principal líder, assassinado no final do ano de 2010, Afonso Camelô, chegou a ser candidato do PDT, partido ligado à central sindical;
- A central sindical CUT (Central Única dos Trabalhadores) tem seu braço na atividade por meio do SINTEMEI, que reúne muitos dos antigos membros do SINTEIN, que era filiado a CUT. Entretanto o sindicato disse ser “simpatizante”, e não filiado;
- A central sindical UGT (União Geral dos Trabalhadores) tem seu braço na atividade por meio da ACESP, que é regularmente filiada à central sindical;
- A central sindical CTB (Central dos Trabalhadores Brasileiros), apoia extra-oficialmente a COOPAMESP, porém a cooperativa não é filiada e conta apenas com um apoio político da central sindical. As lideranças da COOPAMESP relataram possuir diretores com diversas diretrizes políticas que se toleram e respeitam em nome da luta dos ambulantes.

MOVIMENTOS SOCIAIS

As organizações entrevistadas não registraram qualquer apoio dos movimentos sociais, embora estejam em construção duas iniciativas de articulação em rede das organizações de ambulantes com os demais movimentos sociais:

A primeira é o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa, uma rede de movimentos sociais que está distribuída nos estados onde ocorrerão os jogos da Copa em 2014. O Comitê Popular foi iniciado no ano passado e ativado nos diferentes estados no início do ano. O Comitê é alavancado, sobretudo pelos movimentos de moradia e têm conseguido adeptos de associações de torcedores, de catadores, de diversos outros movimentos ligados à população de rua, de mulheres, etc.

O Comitê Popular tem incluído as reivindicações e denúncias dos vendedores informais na pauta de mobilização e articulação, ainda que as reuniões careçam da presença de lideranças destes trabalhadores. No entanto, as organizações de camelôs participaram de alguns encontros do Comitê Popular, como a oficina oferecida pela organização internacional Witness, que em parceria com a International Habitat vem realizando a capacitação de movimentos sociais para fazerem registros audiovisuais com alcance estratégico de denúncias de violações de direitos humanos, mais especificamente sob o vértice do direito a moradia.

O Comitê Popular elegeu recentemente uma articulação nacional, que vem construindo uma coalizão ampla e uma estratégia nacional de mobilização e articulação. O Comitê tem realizado formação nas comunidades diretamente afetadas pelo Estádio de Itaquera, atos e protestos públicos e reuniões com instituições públicas – como a Defensoria e Ministério Público Estadual, responsáveis pela fiscalização e autuação das violações de direitos realizadas pelo Executivo.

A segunda iniciativa de articulação das organizações de vendedores ambulantes com os movimentos sociais é relatada abaixo na relação com as organizações não-governamentais.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E INSTITUTOS DE PESQUISA

Uma importante organização que vem atuando em prol dos vendedores informais em São Paulo é o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. O Centro Gaspar Garcia atua a 22 anos na luta pelo direito à moradia e desenvolve programas relacionados à população urbana de baixa renda como índios urbanos, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis e está desenvolvendo projeto com trabalhadores informais.

O Centro Gaspar Garcia foi parceiro no desenvolvimento da presente pesquisa, e fundamental para a articulação política de lideranças, uma vez que vem promovendo

*AS ORGANIZAÇÕES
ENTREVISTADAS
NÃO REGISTRARAM
QUALQUER APOIO
DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS*

reuniões de articulação e formação de lideranças de ambulantes e conseguido alcançar importantes representantes de organizações de vendedores informais, a partir da compreensão de que existe uma ligação próxima entre trabalho informal e moradia precária.

Este contato com as lideranças de trabalhadores ambulantes vem viabilizando reuniões de articulação das organizações dos ambulantes de diferentes regiões da cidade, na busca de consolidar uma rede única de lideranças que pretende agir conjuntamente em atos e encaminhamentos de denúncias coletivos. Tal rede também prevê a realização de algumas estratégias articuladas com alguns movimentos sociais, entre eles o movimento de moradia.

PODER PÚBLICO: EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

A relação das organizações de vendedores ambulantes com o Poder Executivo municipal depende da orientação política do partido do Prefeito e a forma com que aborda e atua na questão dos vendedores ambulantes.

Nas entrevistas realizadas e nos trabalhos acadêmicos sobre a questão é possível avaliar que a relação com o Executivo foi sempre intermediada por representantes do Legislativo, seja da Câmara Municipal, os vereadores; seja da Assembléia Legislativa, os deputados estaduais.

Apesar da desvantagem deste aspecto clientelista característico do Legislativo,

alguns de seus representantes são aliados na promoção dos direitos dos vendedores ambulantes. Existem casos significativos de esforços empreendidos por parlamentares, que apesar de beneficiarem exclusivamente as associações e sindicatos de vendedores ambulantes permissionários, tem contribuído no sentido de denunciar a violência da Polícia Militar e as arbitrariedades da Prefeitura na gestão das licenças. Exemplo disso foi a criação de um espaço de discussão dentro da Câmara Municipal para denunciar a corrupção e conflitos de organizações mafiosas dentro de umas das maiores feiras ambulantes da América Latina, situada na região central de São Paulo, a Feira da Madrugada.

Outra ação política importante é a realização de reuniões reivindicadas por deputados estaduais e vereadores aliados aos vendedores informais com a prefeitura, no intuito de coibir o Executivo na cassação indiscriminada de

licenças. Ao promover a interlocução direta e indireta dos ambulantes com o próprio Prefeito e secretários que lidam com a questão, os parlamentares sensíveis à causa têm obrigado o Executivo a prestar esclarecimentos e até mesmo retroceder nas vezes as cassações.

A RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE AMBULANTES COM O EXECUTIVO SEMPRE FOI INTERMEDIADA POR REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO

A atuação do judiciário na questão dos vendedores ambulantes ocorre de maneira diversa dependendo do órgão em questão. A jurisprudência do Judiciário tem sido majoritariamente limitadora dos direitos dos vendedores ambulantes na cidade de São Paulo quando os vendedores recorrem das ações arbitrárias da Prefeitura. Entretanto, duas instituições ligadas ao Judiciário têm promovido algumas ações em defesa dos vendedores, justamente aquelas que têm como atribuição fiscalizar as ações do Executivo: a primeira é o Ministério Público do Estado de São Paulo e a segunda, a Defensoria do Estado de São Paulo.

O Ministério Público estadual tem atuado na defesa dos trabalhadores em dois campos: o primeiro, na investigação da atuação de máfias de corrupção que envolvem representantes do Executivo e Legislativo na exploração dos vendedores ambulantes (que pagam enormes quantias de propina para poder comercializar no espaço público); o segundo campo é na investigação da violação de direitos humanos relacionados à violência policial e cassação arbitrárias de licenças.

A Defensoria tem atuado de forma mais pontual na defesa dos vendedores ambulantes, no entanto, possui na sua agenda pública a previsão de formação de lideranças populares para atuar coletivamente na organização de denúncias e reivindicação de direitos.

5. IMPACTO DA COPA DO MUNDO

O atual cenário do comércio ambulante é de total intimidação dos vendedores informais por parte da Prefeitura, que empreende uma agressiva ofensiva contra o exercício da atividade ambulante.

A atual gestão municipal foi caracterizada desde o início pela intensa perseguição aos vendedores ambulantes que não possuíam licença – realidade da maioria absoluta dos trabalhadores da profissão – através do convênio que a Prefeitura estabeleceu com a Polícia Militar do estado, chamado “Operação Delegada”. Todos os representantes das organizações entrevistadas relataram que houve uma erradicação quase absoluta do contingente de ambulantes sem licença, que antes permaneciam sob “vista grossa” das autoridades por meio da cobrança de propina. A repressão à atividade ocorre de forma violenta, muitas vezes desrespeitando direitos humanos universais.

A prefeitura também investiu fortemente na cassação sistemática de licenças, diminuindo em 91% o número de TPUs no município. Entre 2004 e 2009, 12 mil ambulantes foram expulsos das ruas e tiveram seus meios de subsistência expropriados. A revogação e cassação de licenças ocorreram, na grande maioria das vezes, de forma ilegal e sem a proteção jurídica do poder Judiciário, que foi predominantemente indiferente aos apelos legais empreendidos pelas organizações de vendedores informais.

As cassações ocorreram nos principais pólos de comércio popular da região central

de São Paulo, como o Brás e a rua 25 de Março e em áreas tradicionais do comércio ambulante nos bairros como: Santana na zona norte; o Largo Treze de Maio e o entorno do metrô Jabaquara na zona sul; o entorno do Mercado Municipal da Lapa na zona oeste; e os principais centros de comércio popular da zona leste como Itaquera, Guaianazes, Parque do Carmo e São Miguel Paulista.

O poder público certamente não tomou a iniciativa de combater a venda ambulante,

*A GESTÃO
MUNICIPAL VEM
EMPREENDENDO
UM PROJETO
DE ELIMINAÇÃO
DO COMÉRCIO
INFORMAL EM
TODAS A CIDADE*

acreditando que o crescimento econômico absorveria no mercado formal de trabalho esse grande contingente de trabalhadores expulsos da atividade, uma vez que os atributos pessoais do profissional ambulante dificultam uma fácil inserção no mercado formal de trabalho. Entretanto, é exatamente esse um dos argumentos que a atual gestão tem usado para justificar a cassação de licenças de vendedores ambulantes.

Uma importante constatação, é que a gestão municipal vem empreendendo um projeto de eliminação do comércio informal em todas as áreas da cidade. A ofensiva de extermínio dessa atividade, sob o pretexto de controle da ilegalidade, faz parte de um grande projeto de planejamento da cidade, de “reurbanização” das áreas de interesse que prevê, indiscriminadamente, a exclusão das populações de baixa renda dos espaços que são de interesse da cidade e da indústria da especulação imobiliária.

A expulsão dos ambulantes do centro e a violenta repressão ao exercício da atividade, é parte de projetos de “revitalização” urbana que vêm sendo desenvolvidos na região, com forte investimento de múltiplos segmentos da sociedade, inclusive da sociedade civil, bem exemplificado pelo “Viva o Centro”, iniciativa que reúne atores de forte influência política, como o setor empresarial e do comércio do centro, em conjunto com proprietários de imóveis residenciais da região central. O “Viva o Centro” promove reuniões periódicas com esses atores sociais, em sua maioria de média ou alta renda, e articulam o lobby político para apoiar projetos urbanísticos de valorização imobiliária da região central e de preservação da “ordem” do espaço público, inclusive com denúncias sistemáticas do uso “irregular” das ruas aos organismos de repressão.

Estes projetos de remodelamento urbano que se expandem pela cidade, dos quais se atrelam o combate ao comércio informal, fazem parte de um paradigma adotado pelo poder municipal, na maioria das vezes em conluio com o governo estadual, de construção da cidade não como lugar de compartilhamento do espaço público, mas de valorização e privatização do espaço urbano. Essa tendência está fortemente relacionada à construção da “Cidade Global” que quer ser apresentada para receber os jogos da Copa do Mundo.

Outro ponto importante é a complexidade que, na cidade de São Paulo, o comércio ambulante está inserido no ponto de vista de sua cadeia produtiva. De acordo com uma pesquisa desenvolvida pelo Centro Gaspar Garcia, que rastreou a cadeia de valor a partir da mercadoria vendida pelo comerciante popular, a venda ambulante é a ponta do iceberg da produção, distribuição e comercialização da informalidade na cidade de São Paulo e no Brasil.

O ambulante que vende nas ruas dos pólos de comércio popular da cidade, vende mercadorias ligadas à cadeia da confecção, que são produzidos em oficinas de costura onde todos os trabalhadores são informais. O nível seguinte da cadeia é composto por catadores de materiais recicláveis, que separam os retalhos das oficinas de costura para serem vendidos a intermediários, também informais, que vendem o retalho separado por cor para ser reciclado na indústria da fabricação de tecidos.

O fato de a venda ambulante estar vinculada a uma extensa cadeia de trabalho informal expõe ainda mais a baixa capacidade do mercado formal de trabalho absorver toda a oferta de força produtiva da cidade de São Paulo, além de por em perspectiva um maior número de famílias afetadas pela perseguição ao comércio informal.

O principal desafio colocado aos vendedores informais no enfrentamento político da exclusão social que a Copa impõe, é a forma característica desses trabalhadores historicamente se organizaram politicamente. A lógica espacial que o comércio popular seguiu na cidade, fragmentou as organizações representativas em diversas regiões, assim como a negociação da principal mercadoria política, a regulamentação da atividade.

Historicamente os representantes das organizações de vendedores ambulantes sempre encaminharam suas demandas através dos vereadores que representavam politicamente os perímetros administrativos, as subprefeituras. O resultado desta relação política é a perpetuação de uma relação clientelista e fragmentada com o Estado, que é determinante para a desarticulação entre as organizações que ocorre continuamente. Nas entrevistas com as lideranças de trabalhadores é comum relatarem que o principal aliado é o vereador.

É possível identificar, que a relação das organizações de vendedores informais com o Executivo, por sempre ter sido intermediada pelos parlamentares, estabeleceu uma relação de dependência com o Legislativo do tipo radial, ou seja, por meio de relações de fidelidade clientelistas, cuja atuação não deu prioridade na articulação “perimetral” entre as lideranças. A ausência desta relação “perimetral” não viabilizou uma articulação em rede entre as organizações e muito menos um movimento unificado da categoria que pudesse enfrentar com maior peso as ações arbitrárias da Prefeitura.

A LÓGICA ESPACIAL QUE O COMÉRCIO POPULAR SEGUIU NA CIDADE FRAGMENTOU AS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS

Nas entrevistas é possível verificar que, guardadas as especificidades de cada organização de ambulantes, alguns pontos nas suas agendas políticas são semelhantes, o que permitiria a articulação “perimetral” entre as organizações. O Centro Gaspar Garcia tem feito reuniões periódicas buscando a formação de uma rede única e coordenada de reivindicações políticas.

Outro ponto relevante é a larga difusão da categoria MEI – Micro empreendedor Individual, pelo governo federal e pelos sindicatos, como uma forma positiva de formalização. Embora o registro ofereça benefícios pontuais ao trabalhador, como um CNPJ e pagamento da previdência social, o cadastro como MEI não resolve o problema da irregularidade, pois não assegura a permissão para vender em solo urbano, uma vez que tal autorização é exclusivamente emitida pela administração municipal, na Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSP).

Um problema ainda mais preocupante que o MEI traz, é individualizar o trabalhador como pequeno comerciante, o que enfraquece o potencial político desses trabalhadores por descaracterizar os vendedores informais como uma categoria passível de organização unificada.

Outro desafio é o fato de as organizações de vendedores informais estarem num limbo institucional na esfera sindical nacional. As organizações de ambulantes transitam entre fracos subsidiários da agenda sindical ou indistintos alvos de programas sociais do governo. Essa indefinição da participação no mundo sindical unificado pode ser uma das razões da falta de apoio do mundo do trabalho quando ocorre a criminalização da categoria.

6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

As principais conclusões quanto aos encaminhamentos da Campanha Cidades para Todos até 2014, são que as ações a serem tomadas pela StreetNet e aliados para fortalecer o nível de organização dos vendedores informais, devem ser em direção a superar a desarticulação entre as organizações nos vários pólos de comércio popular da cidade.

É necessária a construção de um processo de articulação em rede entre as organizações e de um movimento unificado da categoria capaz de enfrentar com maior peso as ações arbitrárias da Prefeitura.

As condições para essa organização são positivas, uma vez que o Centro Gaspar Garcia, parceiro na presente pesquisa, já começou a realizar oficinas de capacitação política com organizações de ambulantes, que visam evidenciar as convergências entres as diversas organizações regionais e unir forças para um objetivo comum. O processo também é beneficiado pela urgência em articular forças de trabalhadores na garantia de direitos frente à truculência da gestão municipal e a clara decisão de exterminar o comércio informal das ruas da cidade.

A construção de um espaço de articulação política entre associações de vendedores informais, no formato de um Fórum Municipal, além de possibilitar o inter-relacionamento de organizações, pode ser o caminho para reivindicar um espaço de negociação com o poder público que busque a garantia do direito ao trabalho dos vendedores informais. Tal espaço serviria também para superar a relação clientelista e fragmentada com o Estado, e a dependência com o Legislativo por meio de relações de fidelidade.

Para garantir que a articulação entre representantes e a formação política desencadeiem um processo sustentável de organização e fortalecimento da categoria, é fundamental que exista um suporte técnico regular por um certo período de tempo, que traga o *know-how* de ações políticas efetivas na garantia de direitos, tanto jurídica, como de *advocacy*, de protestos e de articulação política, até que os próprios trabalhadores tenham condições de levar o processo autonomamente.

Da mesma forma, é de fundamental importância somar forças com coalizões existentes no embate às violações de direitos sociais causadas pelas obras e acordos referentes à Copa e envolver os atores sociais mobilizados em função da garantia de direitos nos megaeventos.

NOTAS

1. A PED é uma pesquisa domiciliar amostral delineada para a identificação de tendências de grandes contingentes do mercado de trabalho em áreas metropolitanas. Os dados foram obtidos em vias públicas (postos móveis, barracas ou bancas, veículos) e de porta em porta.

2. <http://www.leispaulistanas.com.br/sites/default/files/ComercioAmbulante/DECRETO%2042600.PDF>

3. <http://www.leispaulistanas.com.br/sites/default/files/ComercioAmbulante/LEI%2011039.PDF>

4. http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/sala_de_imprensa/audios/index.php?p=18877

5. <http://www.jt.com.br/editorias/2008/09/14/ger-1.94.4.20080914.4.1.xml>

6. http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/decreto50448_1267141094.pdf

ANEXOS

ANEXO 01

DECLARAÇÃO DO FÓRUM DE PLANEJAMENTO
DA CAMPANHA CIDADES PARA TODOS (AS)

26 DE OUTUBRO 2011, SÃO PAULO

OUTRA COPA DO MUNDO É POSSÍVEL: RESPEITANDO OS DIREITOS DOS (AS) VENDEDORES (AS) INFORMAIS

Convocado pela StreetNet Internacional, o Fórum de Planejamento da Campanha Cidades para Todos(as) sobre os impactos da Copa de 2014 no comércio informal, reuniu representantes de diversas organizações de vendedores e vendedoras informais de cidades sede da Copa, além de representantes sindicais, de movimentos sociais e de outras organizações.

A venda ambulante é uma consequência do desenvolvimento econômico desigual e uma estratégia de sobrevivência para a população urbana de baixa renda. Vendedores e vendedoras informais são trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, que procuram ganhar a vida honestamente para manter a si mesmo e suas famílias. A contribuição dos vendedores e vendedoras informais para a economia urbana deve ser reconhecida e valorizada; seus direitos devem ser respeitados e seus deveres regulamentados de forma justa.

Os participantes do Fórum ouviram depoimentos de vendedores informais sobre práticas do poder público já em curso relacionadas aos preparativos para a Copa do Mundo:

- Diversos governos municipais estão cancelando ou deixando de renovar licenças para o comércio informal, além de não mais emitirem novas licenças de venda nos centros das cidades-sede. Muitos comerciantes informais estão sendo deixados em uma situação de legalidade precária e expostos a um tratamento arbitrário e a outras formas de abuso.
- Em algumas cidades há um aumento significativo da repressão policial contra os comerciantes de rua, que inclui o confisco de seus bens sem a devida devolução (sob apresentação de nota fiscal e pagamento de multa), além de multas recorrentes, violência física e prisão;
- Os meios de comunicação locais assim como nacionais omitem as violações de direitos sociais e a repressão que ocorrem com a população urbana de baixa renda, além de não oferecerem espaço às denúncias e reivindicações das organizações de vendedores informais;
- Os municípios estão reforçando a proibição total da comercialização nas ruas dos centros das cidades, particularmente nas áreas frequentadas por turistas;
- Os municípios vêm criando centros comerciais populares (shoppings de camelôs), como alternativas à negociação de rua, porém, em muitos casos não levam em conta os números reais de comerciantes informais existentes, além de não envolver os vendedores ambulantes e as organizações representativas na concepção, desenvolvimento e administração dos centros.

Os participantes do Fórum também ouviram das organizações dos vendedores informais que:

- Programas municipais de construção de centros comerciais populares são apenas bem sucedidos se forem desenvolvidos enquanto projetos sociais e a preços populares, e planejados através do diálogo com as organizações representativas de vendedores informais e administrados com a sua colaboração;
- Os vendedores informais estão preocupados com a falta de diálogo e de informações claras sobre os projetos de infraestrutura previstos para a Copa do Mundo;
- Os vendedores informais estão igualmente preocupados com a falta de informações sobre o estabelecimento de zonas de exclusão em torno dos estádios e parques de torcedores (fan parks), que são parte da Lei Geral da Copa, sendo atualmente negociada com o governo.

O Fórum, portanto, concordou em convocar as cidades-sede e o Governo Federal, para que assumam o compromisso de trabalhar em prol das populações mais pobres, ofereçam e assegurem trabalho decente a todos além de:

1. Interromper as políticas desprezíveis de privar os vendedores informais de licenças e proibir o comércio informal no centro das cidades, e incluir de volta os vendedores informais que já foram removidos e perderam seus espaços de trabalho nas regiões centrais das cidades;
2. Alocar recursos públicos para a criação de espaços para comércio informal, como, por exemplo, camelódromos, centros comerciais populares, feiras, mercados e outros espaços para o comércio informal, respeitando as características locais;
3. Convocar reuniões com as organizações representativas de vendedores informais para discutir sobre os impactos das obras de infraestrutura propostas e programas de revitalização e zoneamento urbano previstos para a Copa do Mundo;
4. Garantir planos de remanejamento dos locais de vendas afetados por projetos relacionados à Copa, que sejam elaborados em consulta com as organizações de vendedores informais;
5. Desenvolver projetos de economia solidária e cooperativismo aos vendedores

informais que se interessarem por esta alternativa de trabalho;

6. Resistir aos planos de criação de zonas de exclusão em torno dos parques de torcedores (*fan parks*) durante a Copa do Mundo, que privariam os vendedores informais locais de se beneficiarem economicamente desta oportunidade, favorecendo apenas as multinacionais patrocinadoras oficiais da Copa do Mundo.

O Fórum também acordou em:

1. Trabalhar em colaboração com as organizações dos vendedores informais para apoiar suas reivindicações e se juntar a elas para denunciar atos de abuso de poder e violência por parte das autoridades municipais.
2. Trabalhar de forma colaborativa para apoiar as campanhas de trabalho decente, *Fair Play*, pela transparência e controle social, direito a moradia e outras iniciativas destinadas a garantir que a Copa de 2014 tenha um legado social que beneficie todos(as) os(as) brasileiros e brasileiras.

Outra Copa do Mundo é Possível!
Nada para nós sem nós!

São Paulo 26 de Outubro 2011

MUCA – RIO DE JANEIRO

Movimento Unido dos Camelôs Feirantes da Rua da Praia

ACCPC-POA – PORTO ALEGRE

Associação dos Comerciantes do Centro Popular de Compras de Porto Alegre

ASFERAP-PORTO ALEGRE

Associação Feira Rua da Praia

SINCOVAM-MANAUS

Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus

CUT (AM)

Central Única dos Trabalhadores- Amazonas

ASFAERP-SALVADOR

Associação dos Feirantes e Ambulantes da região metropolitana de Salvador

ABAEM-BELO HORIZONTE

Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão

MMC- SÃO PAULO

Movimento de Moradia do Centro

UNADEF-São PAULO

União Nacional dos Deficientes Físicos

MNC

Movimento Nacional dos Catadores

CSA

Central Sindical das Américas

CUT- Brasil

Central Única dos trabalhadores

ICM

Internacional da Construção e Madeira

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

COMITÊ POPULAR DOS ATINGIDOS PELA COPA

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS

STREETNET INTERNATIONAL

SINDFEIRAS-MANAUS

Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus

APROVACE-FORTALEZA

Associação Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes (Trabalhadores Autônomos) do Estado do Ceará

AEFO-RIO DE JANEIRO

Associação de Expositores das Feirarts e Outros

ABFEST-SALVADOR

Associação dos Proprietários de Barracas nas Festas Populares

COOPAMESP – SÃO PAULO

Cooperativa dos Trabalhadores Ambulantes do Estado de São Paulo

AABR – SÃO PAULO

Associação Ambulantes do Brás

SINTEMEI-SÃO PAULO

Sindicato dos Microempreendedores da Economia Informal

Esta publicação foi composta
com as fontes Scala Serif, Scala
Sans, Knockout e Vitesse.



**CIDADES
PARA
TODOS
E TODAS**

O PRESENTE ESTUDO é uma iniciativa de conhecer e se aproximar das organizações e lideranças do comércio ambulante das cidades brasileiras que hospedarão os jogos da Copa do Mundo da FIFA em 2014.

O material reúne as primeiras impressões de um trabalho de mapeamento e caracterização da realidade da venda informal em dez cidades das regiões norte, nordeste, sul e sudeste, no período de maio a outubro de 2011. A pesquisa foi feita através do levantamento de dados secundários e entrevistas com lideranças de vendedores informais, representantes do movimento sindical, de movimentos sociais, de organizações não-governamentais e outros atores sociais relevantes no universo do comércio informal.

A pesquisa é considerada a primeira etapa da campanha “Cidade para Todos e Todas”, organizada pela StreetNet Internacional e lançada no início de 2011 no Brasil.



A STREETNET INTERNACIONAL é uma federação de vendedores informais criada para proteger e promover seu direito ao trabalho. Fundada em 2006, atualmente conta com 38 associações em todo o mundo e um conjunto de adesão total de 360 mil membros. Tem como objetivo incentivar alianças nacionais e a criação de um sentimento solidário local, nacional e internacional. Promove políticas inclusivas de planejamento urbano, além de incentivar a formação de fóruns de negociação entre as associações de camelôs e as autoridades governamentais competentes, em âmbito nacional e local. Busca, ainda, desenvolver alianças ou integrar associações de vendedores de rua a movimentos trabalhistas nacionais.

O mais alto órgão de decisão do StreetNet Internacional é o Congresso Trienal, no qual se elege um Conselho Internacional reunido regularmente.

As campanhas da StreetNet Internacional promovem políticas e ações que possam contribuir para a melhoria de vida dos vendedores informais.